



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2015

01

CADERNOS DA JUVENTUDE

Juventude e Educação
no Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN



Juventude e Educação no Espírito Santo

Vitória, julho 2015

Instituto Jones dos Santos Neves
Juventude e educação no Espírito Santo. Vitória, ES, 2015.

66p. : il. Tab. (Cadernos da juventude, 01)

1.Juventude. 2.Educação. 3.Indicadores Sociais. 4.Espírito Santo(Estado). I.Pereira, Sandra Mara. II.Rocha, Antônio Ricardo F. III.Gomes, Cleverlânio Silva. IV.Título. V.Série.



GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Hartung

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

César Colnago

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Régis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Diretor Presidente

Andrezza Rosalém Vieira

Diretor de Estudos e Pesquisas

Ana Carolina Giuberti

Equipe Técnica

Sandra Mara Pereira

Antônio Ricardo F. da Rocha

Cleverlânio Silva Gomes

Produção dos Dados

Rafael Correia das Neves

Frederico Guilherme Nogueira

Heloires Lopes Nogueira

Assessoria de Relacionamento Institucional

Projeto Gráfico

Lastênio João Scopel

Editoração

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Lastênio João Scopel

Fotografia

Acervo SEDU e IJSN

Bibliotecária

Andrezza Ferreira Tovar

APRESENTAÇÃO

Este Caderno inaugura o projeto intitulado Cadernos da Juventude, que tem como tarefa contribuir, no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), para a reflexão sobre a juventude do Espírito Santo.

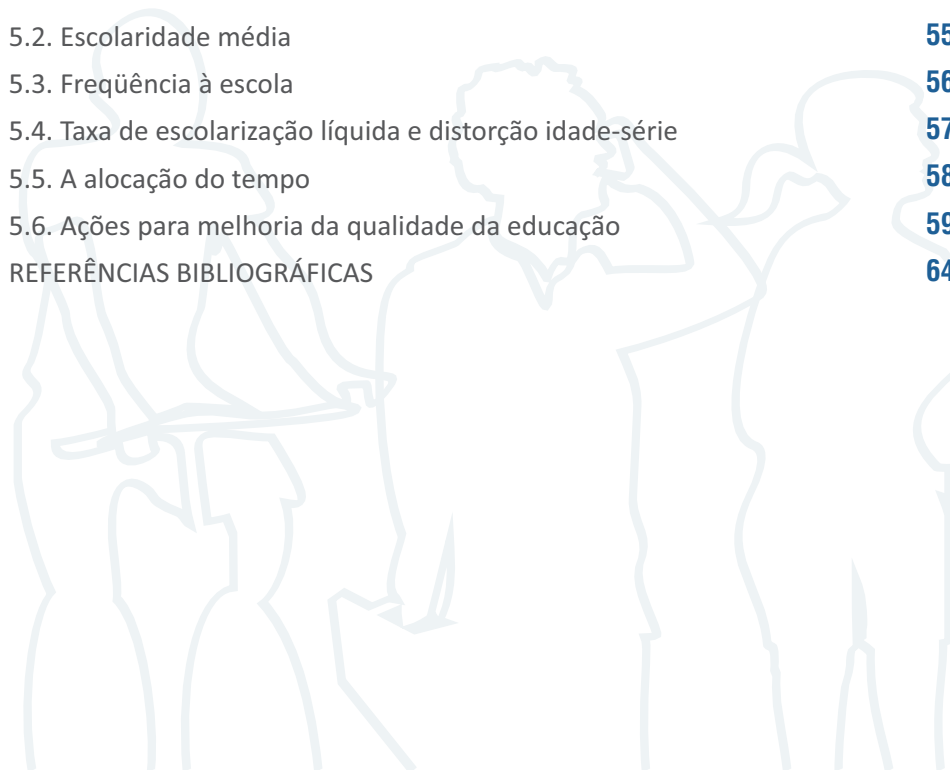
A intenção é publicar, ao longo do ano, três Cadernos temáticos a partir do recorte Juventude (15 a 29 anos), visitando ou revisando temáticas que o IJSN, de alguma forma, possui afinidade e que são importantes para a juventude.

O desejo é que os jovens, os movimentos sociais organizados, a academia e os gestores públicos, entre outros atores sociais, possam somar com o IJSN um diálogo profícuo, em torno deste e de outros Cadernos que estão por vir, com vistas a contribuir, de fato, para o acompanhamento e a formulação de políticas públicas para a juventude.

Boa leitura!



APRESENTAÇÃO	
1. Introdução	09
2. A Juventude e os desafios da Educação - aproximações conceituais	11
3. Metodologia	18
4. Apresentação dos dados	20
4.1. Taxa de Analfabetismo	20
4.2. Escolaridade Média	24
4.3. Freqüência Escolar	27
4.4. Alocação do Tempo	31
4.5. Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio	40
4.6. Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior	42
4.7. Taxa de distorção idade-série do Ensino Fundamental (9º ano) - CENSO ESCOLAR	44
4.8. Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano), Espírito Santo - CENSO ESCOLAR	46
4.9. Jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental	47
4.10. Jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio	49
4.11. Posição do jovem no arranjo familiar	51
4.12. Distribuição percentual dos jovens segundo a renda domiciliar per capita em salários mínimos	52
5. Tendências e Perspectivas	53
5.1. Analfabetismo e Analfabetismo Funcional	54
5.2. Escolaridade média	55
5.3. Freqüência à escola	56
5.4. Taxa de escolarização líquida e distorção idade-série	57
5.5. A alocação do tempo	58
5.6. Ações para melhoria da qualidade da educação	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, por situação do domicílio, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013	16
Tabela 2 - Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, por cor/raça, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013	17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de jovens e não jovens, Espírito Santo, 2013	14
Gráfico 2 - Jovens, por faixa etária, Espírito Santo, 2013	14
Gráfico 3 - Proporção de jovens, por faixa etária, que frequentam a escola, Espírito Santo, 2013	15
Gráfico 4 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	20
Gráfico 4.1 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	21
Gráfico 4.2 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	21
Gráfico 4.3 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	21
Gráfico 5 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	22
Gráfico 5.1 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	23
Gráfico 5.2 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	23
Gráfico 5.3 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	23
Gráfico 6 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	24
Gráfico 6.1 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	25
Gráfico 6.2 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	26
Gráfico 6.3 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	26
Gráfico 7 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	27
Gráfico 7.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	28
Gráfico 7.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	28
Gráfico 7.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	28

Gráfico 8 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que freqüentam escola por faixa etária, Espírito Santo, 2003 a 2013	29
Gráfico 9 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por modalidade de ensino, Espírito Santo, 2003 a 2013	30
Gráfico 10 - Distribuição percentual da alocação do tempo dos jovens de 15 a 29 anos, Espírito Santo, 2003 a 2013	31
Gráfico 11 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	32
Gráfico 11.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	33
Gráfico 11.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	33
Gráfico 11.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	33
Gráfico 12 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	34
Gráfico 12.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	35
Gráfico 12.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	35
Gráfico 12.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	35
Gráfico 13 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	36
Gráfico 13.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	37
Gráfico 13.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	37
Gráfico 13.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	37
Gráfico 14 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	38
Gráfico 14.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	39
Gráfico 14.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	39
Gráfico 14.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	39
Gráfico 15 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	40
Gráfico 15.1 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	41
Gráfico 15.2 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	41

Gráfico 15.3 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	41
Gráfico 16 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	42
Gráfico 16.1 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	43
Gráfico 16.2 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	43
Gráfico 16.3 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	43
Gráfico 17 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2007 a 2014	44
Gráfico 17.1 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por gênero, Espírito Santo, 2007 a 2014	45
Gráfico 17.2 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por situação do domicílio, Espírito Santo, 2007 a 2014	45
Gráfico 17.3 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por cor ou raça, Espírito Santo, 2007 a 2014	45
Gráfico 18 - Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano), Espírito Santo, 2007 a 2014	46
Gráfico 19 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	47
Gráfico 19.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	48
Gráfico 19.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	48
Gráfico 19.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	48
Gráfico 20 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013	49
Gráfico 20.1 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013	50
Gráfico 20.2 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013	50
Gráfico 20.3 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013	50
Gráfico 21 - Distribuição percentual dos jovens segundo a posição no arranjo familiar, Espírito Santo, 2003 a 2013	51
Gráfico 22 - Distribuição percentual dos jovens segundo a renda domiciliar per capita em salários mínimos (SM), Espírito Santo, 2003 a 2013	52
Gráfico 23 - Investimento por aluno (em dólares convertidos usando PPPs*) por nível de ensino, 2010	61

Este caderno tem como tarefa contribuir para a reflexão sobre a interface entre juventude e educação, dois temas complexos e também cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Está organizado em cinco seções, contando com esta introdução. Na segunda seção, intitulada A Juventude e os desafios da Educação – aproximações conceituais, busca-se uma aproximação conceitual com o tema juventude, identificando a complexidade do conceito, ao mesmo tempo em que se justifica o uso da definição a partir do recorte etário (15 a 29 anos), de cunho mais operacional, face ao caráter macro da análise. Neste mesmo espaço são levantados alguns desafios históricos associados à educação para os jovens, presente inclusive na formulação da Constituição Federal brasileira (1988), no sentido de traçar um quadro inicial dos problemas educacionais relacionados à juventude no Brasil, no Sudeste e no estado do Espírito Santo.

Na sequência, a terceira seção (Metodologia) aborda alguns aspectos das bases de dados utilizadas, dos limites técnicos encontrados e de algumas decisões de caráter metodológico adotadas na análise.

A quarta seção refere-se à apresentação dos dados propriamente dita, onde são descritos os principais indicadores educacionais relativos à juventude, no Espírito Santo, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sempre que possível são apresentados os dados numa perspectiva comparativa entre as regiões geográficas Brasil, Sudeste e Espírito Santo. A maioria dos indicadores também é apresentada em painéis históricos, de 2003 a 2013, para os dados da Pnad, e de 2007 a 2014, para os dados do Censo Escolar, buscando identificar as tendências apresentadas para cada um deles.

Para finalizar, a partir do cenário descrito, a seção intitulada Tendências e perspectivas apresenta um balanço das tendências e dos principais desafios identificados no estado e algumas proposições em termos de ações e políticas públicas educacionais.



O termo juventude é uma categoria multidimensional e uma construção social e histórica, não é um dado absoluto, mas sim, parte da vida social e dos processos de estruturação social¹. Portanto, vários sentidos podem ser atribuídos ao termo juventude de acordo com a compreensão de como cada sociedade constitui esta etapa da vida e que significado lhe atribui.

Afirmar o caráter histórico e social da categoria juventude é admitir o caráter aberto e ao mesmo tempo condicionado a um tempo e lugar específico. Por isto as possibilidades de falar sobre a juventude sem situá-la num contexto, num universo sociocultural específico, são limitadas e referem-se a um olhar macro, que prescinde de detalhamento.

O próprio ato de olhar a juventude tende ora para a estranheza, ora para a familiaridade. Por um lado, ter sido jovem possibilita ao pesquisador da temática lembrar as vicissitudes inerentes a esta fase - num contexto quase sempre adulto-cêntrico²-, o que pode abrir espaço para empatias. Por outro lado, estar em outra fase da existência implica em ver os jovens atuais a partir deste ponto de vista e com os referenciais do “ser jovem” em outro espaço-tempo, de forma já distanciada, o que pode gerar estranheza e talvez até “julgamentos indesejados” num universo de pesquisa.



¹ Estruturação social é um conceito utilizado pelo sociólogo Anthony Giddens, para indicar a relação complexa entre a ação humana e as instituições, tendo como um de seus eixos articuladores a noção de reflexividade, presente tanto em sua caracterização da conduta humana quanto em suas análises dos aspectos institucionais da modernidade.

² Referência à tendência de pensar o mundo e de tomar decisões a partir dos adultos, suas necessidades e pontos de vista, ignorando outros segmentos geracionais como os jovens e as crianças.

Contudo, pensar a juventude é um exercício de pensar também a própria condição humana, no sentido de que os jovens são parte integrante de qualquer estrutura social e de que não há como pensar sociedade e desenvolvimento humano e social sem pensar as especificidades deste segmento.

Vale destacar que a associação entre juventude, desenvolvimento e sociedade, deve ir para além da noção de “investimento no futuro”, perspectiva bastante comum quando se pensa em juventude. Embora seja também isto, pensar esta tríade “juventude, desenvolvimento e sociedade” é uma necessidade do presente, até porque trata-se de sujeitos de direito, inseridos numa sociedade, constituídos por ela e constituintes dela.

[...] é corrente também a tendência a olhar a juventude a partir do *vir a ser*, focando esta fase do ciclo da vida como uma preparação para o futuro, onde os sujeitos são apenas vistos a partir de seu valor estratégico para o desenvolvimento social, desconsiderando-os como sujeitos de direito que querem viver efetivamente o presente, que têm demandas específicas. (IJSN, 2014)

Como afirmou Marialice M. Foracchi: [...] *Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constitui-lo, engajando-se* (FORACCHI, 1965, p. 303 *apud* AUGUSTO, Maria Oliva, 2005, p.1).

É essa concepção de jovens - como sujeitos de direitos, situados numa realidade concreta e diversa -, que sustenta a proposta deste Caderno, embora o olhar aqui ainda seja distanciado e não permita pensar as especificidades inerentes às juventudes³. Por uma questão operacional, a referência neste estudo será o recorte etário, conforme a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Estatuto da Juventude⁴. Ou seja, a despeito da complexidade anunciada anteriormente, serão considerados jovens os indivíduos de 15 a 29 anos de idade, definição possível face ao caráter macro que esta análise se propõe.

O desafio será olhar para a juventude e a educação, tema central deste caderno, como uma necessidade do presente. Tendo essa perspectiva em mente, qual é a necessidade do presente para a juventude em termos educacionais?

³ O uso do termo juventudes, no plural, justifica-se porque diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil, a juventude não constitui uma população homogênea, mas sim diversos grupos de pertencimento com identidades próprias.

⁴ A lei 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, afirma no inciso primeiro de seu artigo 1º que “[...] são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

O art. 214 da Constituição Federal elenca alguns propósitos para a educação, ainda não alcançados, como a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino, entre outros.

No que diz respeito especificamente à juventude, em 2007, a então Secretária Nacional de Juventude, a professora e pesquisadora Regina Novais, elencou nove desafios principais para a política de juventude, dentre eles, os dois primeiros dizem respeito diretamente à educação, a saber: 1. ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade e 2. erradicar o analfabetismo entre jovens (NOVAIS, 2007, p. 276). Embora estes desafios tenham sido elencados em 2007, ainda hoje (em 2015) eles permanecem atuais.

Na mesma perspectiva, o Movimento Todos pela Educação⁶ estabeleceu cinco metas para a educação, sendo duas delas com uma correlação maior com os jovens, a saber:

1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola – até o ano de 2022, 98% da crianças e jovens entre 4 e 17 anos devem estar matriculados e frequentando a escola ou ter concluído o Ensino Médio.
[...]
4. Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído - Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.
[...]⁶

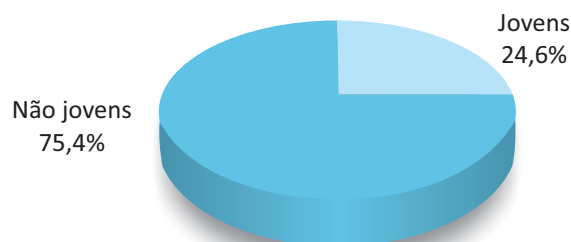
A análise de alguns dos propósitos educacionais elencados na Constituição Federal, assim como dos desafios e metas elencados anteriormente, compõe um quadro inicial significativo da temática educação e juventude, proposta neste estudo. Para a composição deste quadro, alguns indicadores básicos serão apresentados.

Segundo estimativas da Pnad de 2013, no Brasil os jovens somavam 24,3% da população, o que correspondia a aproximadamente 49 milhões de pessoas de 15 a 29 anos. Para o Sudeste e para o Espírito Santo os percentuais foram semelhantes: 23,4% (19.809.992 jovens) e 24,6% (947.827 jovens), respectivamente. O gráfico 1 mostra o percentual de jovens e não jovens no Espírito Santo em 2013.

⁵ Trata-se de um movimento apartidário e plural da sociedade brasileira, fundado em 2006, que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Em fevereiro de 2014, qualificou-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários, entre outros.

⁶ Todos pela Educação, Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas> Acesso em 10/06/2015.

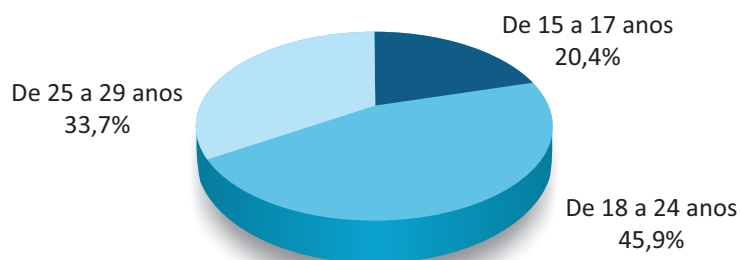
Gráfico 1 - Percentual de jovens e não jovens, Espírito Santo, 2013



Fonte: PNAD 2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Do total estimado de 947.827 jovens presentes no Espírito Santo em 2013, 45,9% estavam na faixa etária de 18 a 24 anos, 33,7% estavam na faixa de 25 a 29 anos e 20,4% estavam na faixa de 15 a 17 anos, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Jovens, por faixa etária, Espírito Santo, 2013



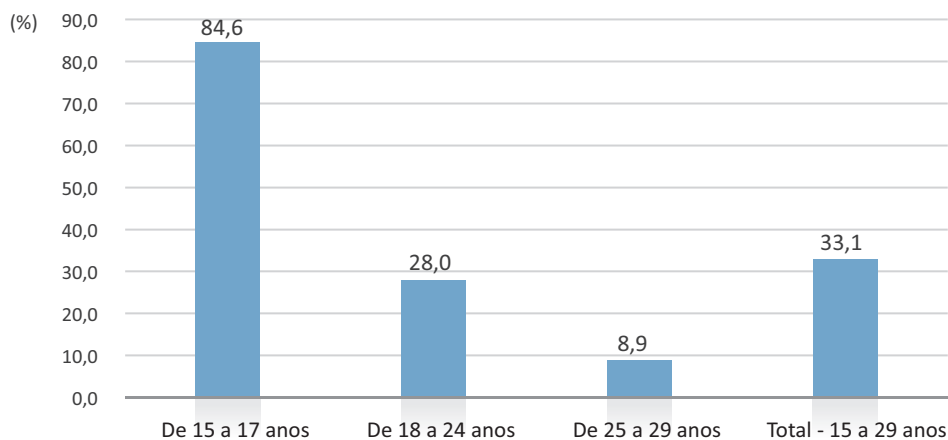
Fonte: PNAD 2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Estima-se, segundo a Pnad 2013, que 1,0% dos jovens capixabas eram analfabetos e 4,2% eram analfabetos funcionais. Embora os percentuais, a princípio, pareçam pouco expressivos, este dado em números absolutos significa aproximadamente 9.712 jovens analfabetos e 39.994 jovens analfabetos funcionais, números significativos face à meta de erradicação do analfabetismo entre os jovens.

Outro indicador a considerar é a frequência escolar. Do total de jovens do estado, apenas 33,1% frequentavam a escola em 2013, dado que necessita ser desagregado, uma vez que a faixa etária de 25 a 29 anos, parte integrante da juventude, tem maior propensão a ter concluído seus estudos e estar mais focada no mercado de trabalho.

Quando os dados da frequência escolar são desagregados por faixas etárias, observa-se que 84,6% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola, enquanto entre os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, era de apenas 28% e 8,9%, respectivamente, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - **Proporção de jovens, por faixa etária, que frequentam a escola, Espírito Santo, 2013**



Fonte: PNAD 2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Vale lembrar que a Constituição Federal, alterada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, determina que o ensino para a faixa etária de 4 a 17 anos seja obrigatório e gratuito, inclusive para todos os que não tiveram acesso a ela na idade adequada. Esta emenda estabeleceu o prazo-limite de 2016 para que municípios e Estados estruturassem suas redes e ofereçam vagas suficientes para atender todos os adolescentes que ainda não estão frequentando a escola.

Nesse sentido, os jovens de 15 a 17 anos deveriam necessariamente ter acesso à escola, em especial ao ensino médio – etapa adequada para esta faixa etária. Entretanto, como visto anteriormente, as estimativas da Pnad 2013 indicaram que no Espírito Santo 15,4% destes jovens estavam fora da escola, o que correspondia a 29.705 jovens.

Segundo a Fundação das Nações Unidas para a Infância - UNICEF um dos grandes desafios para o Brasil no que diz respeito à garantia dos direitos de seus adolescentes é a educação, em especial a universalização do ensino médio, sendo os adolescentes de 15 a 17 anos o grupo mais atingido pela exclusão (UNICEF, 2014, p. 10).

Dentre as metas previstas no Plano Nacional de Educação – PNE⁷ está a meta 3 que prevê a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17

⁷ Lei 13.005/2014 aprovada em 25/06/2014, com duração decenal, tem como objetivo articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas.

anos até 2016, assim como elevar, até o final do período de vigência do PNE (2024), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A redação dessa meta (3) do PNE destaca outro fator importante: quando afirma-se que 84,6% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola (e, portanto, 15,4% está fora da escola), não há uma referência imediata ao nível de ensino frequentado. Ou seja, parte significativa destes jovens frequentam ainda o ensino fundamental e não acessaram o ensino médio, por fatores diversos como a repetência e a evasão escolar. Segundo dados da Pnad 2013 a taxa líquida de matrículas no ensino médio para os jovens de 15 a 17 do Espírito Santo era 55,1%, bem aquém da meta estabelecida no PNE.

Por outro lado, no estado apenas 41,1% dos jovens com 16 anos completaram o ensino fundamental e 53,8% dos jovens com 19 anos do estado terminaram o ensino médio, em 2013. Ou seja, há um longo caminho a percorrer para alcançar em 2022 a meta colocada pelo Movimento Todos pela Educação, que é 95% ou mais de jovens com 16 anos com ensino fundamental completo e 90% dos jovens com 19 anos com ensino médio completo.

Outro indicador importante refere-se à escolaridade média dos jovens. A meta 8 do PNE é elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até 2024 para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Segundo as estimativas da Pnad 2013, a escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos, no Espírito Santo naquele ano, no meio rural era 8,3 anos de estudos e no meio urbano 10,1. A tabela 1 traz os dados de escolaridade desse segmento (18 a 29 anos), por localidade, tanto para o Brasil quanto para o Sudeste e o Espírito Santo.

Tabela 1 - **Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, por situação do domicílio, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013**

Região	Escolaridade média, em anos de estudo	
	Rural	Urbano
Brasil	7,9	10,2
Sudeste	8,6	10,5
Espírito Santo	8,3	10,1

Fonte: PNAD 2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

A tabela 2 informa a escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos, por raça/cor, para o Brasil, Sudeste e Espírito Santo, em 2013. Observa-se que, no estado, negros (pretos e pardos) apresentaram a média de 9,3 anos de estudo, enquanto brancos e amarelos juntos apresentaram a média de 10,9 anos de estudo, o que corresponde a uma diferença de 1,6 pontos percentuais (pp), maior do que as diferenças observadas no Brasil (1,5pp) e no Sudeste (1,3pp).

Tabela 2 - Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, por cor/raça, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2013

Região	Escolaridade média, em anos de estudo	
	Negros (pretos e pardos)	Brancos e amarelos*
Brasil	9,2	10,7
Sudeste	9,7	11,0
Espírito Santo	9,3	10,9

Fonte: PNAD 2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

* Indígenas não foram considerados aqui devido às características da amostra da Pnad.

A análise da escolaridade média, por raça/cor e por situação de domicílio evidencia algumas das dimensões da desigualdade ainda existente no Brasil e no Espírito Santo que impacta diretamente sobre a juventude.

Até agora foram apresentados alguns indicadores de acesso à escola, entretanto, mesmo não sendo este o foco principal deste caderno, vale assinalar que provavelmente o grande desafio esteja relacionado à permanência na escola e à qualidade da educação, em especial, à educação voltada para os jovens.

Estudo recente realizado pelo IJSN que buscou avaliar a qualidade da educação apresentada pelos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, por meio do desempenho em testes padronizados de matemática e português, fazendo uso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB/PROVA BRASIL), indicou que, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, o desempenho médio dos alunos do 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, nas disciplinas de matemática e português, não foi suficiente para atingir o nível de aprendizado adequado (IJSN, 2015, p. 33).

Esse mesmo estudo salienta ainda que no Espírito Santo:

No 3º ano do ensino médio é que a situação se agrava, na medida que entre 2011 e 2013 se observa uma redução no percentual de alunos que aprenderam o considerado adequado para as disciplinas de matemática e português. Em português, entre 2011 e 2013, o percentual de alunos que aprenderam o considerado adequado passou de 23,1% para 21,6%, já em matemática passou de 7,5% para 6,3%. (IJSN, 2015, p. 33)

Como será evidenciado adiante, a análise da educação nos últimos anos também revela aspectos positivos como a expansão expressiva do ensino médio. Entretanto, os dados apresentados nessa seção indicam vários desafios a serem enfrentados. A seção “Apresentação dos dados” deste Caderno busca fazer uma descrição mais detalhada dos indicadores educacionais relativos aos jovens no Espírito, sempre que possível trazendo um panorama histórico dos indicadores, com vistas a identificar as linhas de tendência e as possibilidades de ação frente ao cenário posto.



Para análise da educação no Espírito Santo neste estudo foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), e do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Buscou-se estabelecer um painel histórico dos indicadores avaliados, considerando-se os anos de 2003 a 2013 para Pnad e os anos de 2007 a 2014 para o Censo Escolar. O último ano considerado tanto na Pnad quanto no Censo Escolar refere-se aos dados mais recentes disponíveis. No caso do Censo Escolar o painel histórico inicia-se em 2007 porque nos anos anteriores o INEP utilizava uma padronização dos dados diferente da atual, impossibilitando a comparação.

Importa salientar que as características da amostra da Pnad impõem alguns limites à análise, principalmente em termos de recortes (idade, sexo, raça, situação do domicílio). O fato do estado ser numericamente menor em termos populacionais, impacta também no tamanho da amostra considerada na Pnad para o estado, o que se transforma numa limitação quando a intenção é analisar dados de populações específicas como indivíduos de 15 a 29 anos.

Por esse motivo, optou-se por considerar no quesito raça/cor apenas o grupo de negros (pardos e pretos somados) e brancos (neste caso, somados aos amare-

los). Não foi possível considerar os indígenas, apesar do reconhecimento da importância de se produzir dados sobre este grupo social, por uma limitação essencialmente técnica.

Do mesmo modo, não foi possível realizar muitos cruzamentos, como por exemplo, sobrepor “jovens, por gênero e por raça ou cor” ou “jovens, por situação do domicílio e por gênero”. Os dados sempre que possível foram considerados utilizando o recorte juventude associado a apenas outro recorte em cada indicador. Exemplo: Quando o analfabetismo foi analisado, descreveu-se o “analfabetismo entre jovens”, o “analfabetismo, entre os jovens, por gênero”, o “analfabetismo, entre os jovens, por raça ou cor” e o “analfabetismo, entre os jovens, por situação do domicílio”. Infelizmente não foi possível pensar a questão étnica, por exemplo, associada à questão de gênero, análise de extrema importância, mas tecnicamente não viável neste estudo.

Outro aspecto metodológico a evidenciar foi a opção pelo uso da técnica de média móvel simples (MMS), para analisar as tendências de cada indicador. Normalmente, o uso da MMS tem o objetivo de suavizar possíveis flutuações aleatórias encontradas na série histórica considerada, revelando os componentes cíclicos, sazonais e de tendência subjacentes.

Nesse sentido, nos gráficos nos quais utilizou-se a MMS, a definição do valor de cada ano na linha histórica foi feita a partir do cálculo da média simples dos valores do ano considerado e os dois anos mais próximos (anterior e posterior). Ou seja, numa série histórica, por exemplo, dos anos de 2003 a 2013, os valores identificados para os anos de 2003 e 2013 foram mantidos e aos anos intermediários foram atribuídos os valores de média móvel. Deste modo, o valor atribuído a 2004, foi a média dos valores encontrados em 2003, 2004 e 2005, assim como o valor referente ao ano de 2005, foi a média dos valores de 2004, 2005 e 2006 e assim sucessivamente. Como os valores intermediários da série histórica referem-se a “médias móveis” eles não podem ser utilizados na análise de forma isolada e servem apenas para indicar a linha de tendência observada em cada indicador. Apenas os valores dos extremos da série histórica, as caudas das curvas, podem ser usados para estimar as variações ocorridas de fato.

4.1 Taxa de Analfabetismo

No período 2003–2013, a taxa de analfabetismo entre os jovens apresentou tendência decrescente no Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo dos jovens passou de 2,4%, em 2003, para 1,0% em 2013, o que representa uma redução de 57,9% ao longo deste período. Entre os jovens, em 2013, o analfabetismo dos homens (1,3%) foi superior ao das mulheres (0,7%). Já entre os jovens negros (1,1%), o analfabetismo foi maior do que entre os brancos (0,8%), embora a diferença que, em 2003, era de 2,1 pp tenha caído para 0,3 pp, em 2013. Em 2013, a proporção de analfabetos residentes na área urbana (0,8%), foi menor do que a proporção de analfabetos residentes na área rural (2,3%).

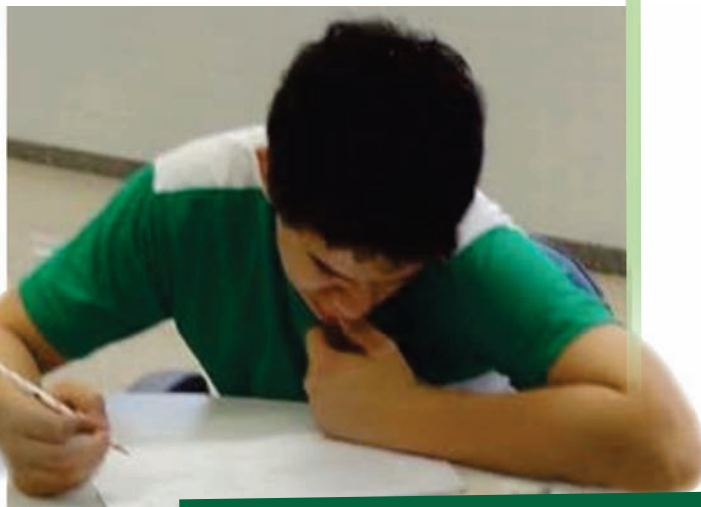
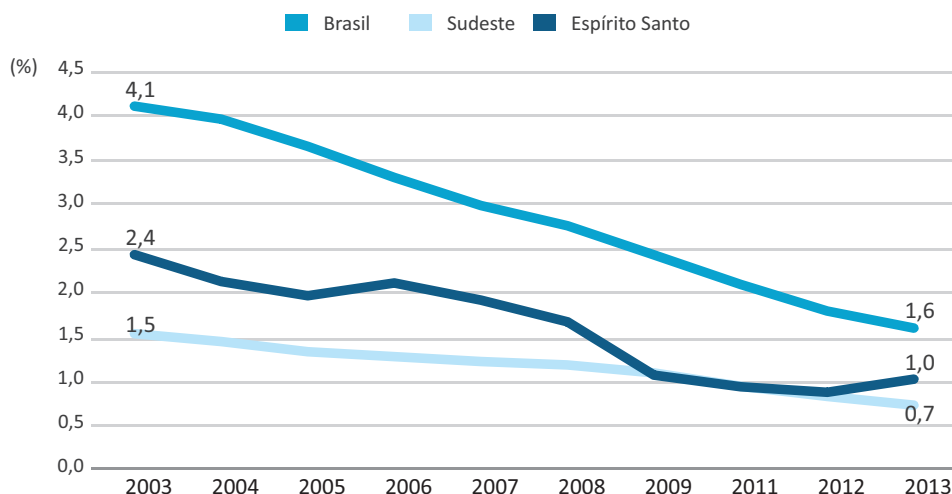
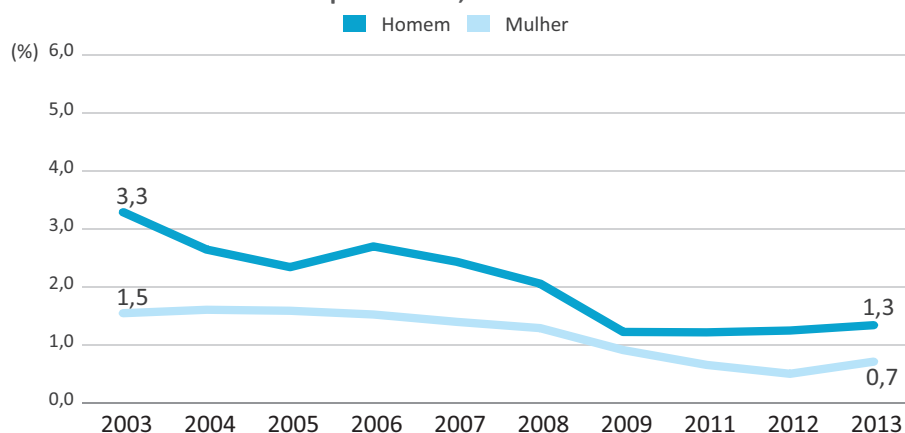


Gráfico 4 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



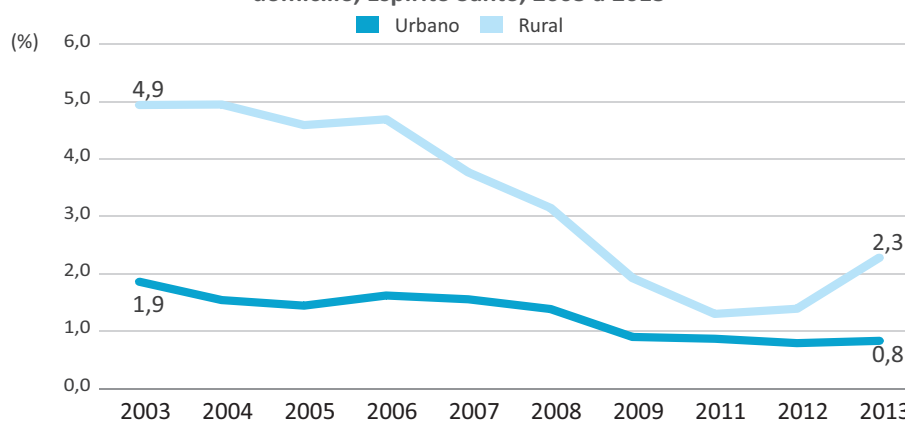
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 4.1 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



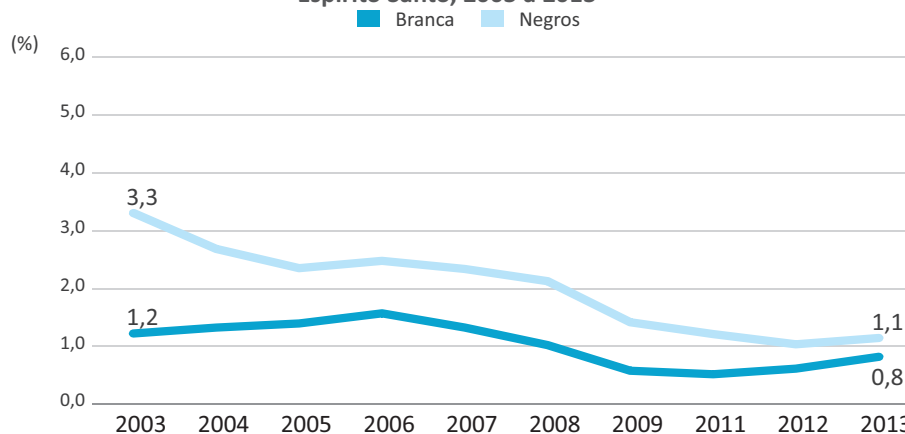
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 4.2 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



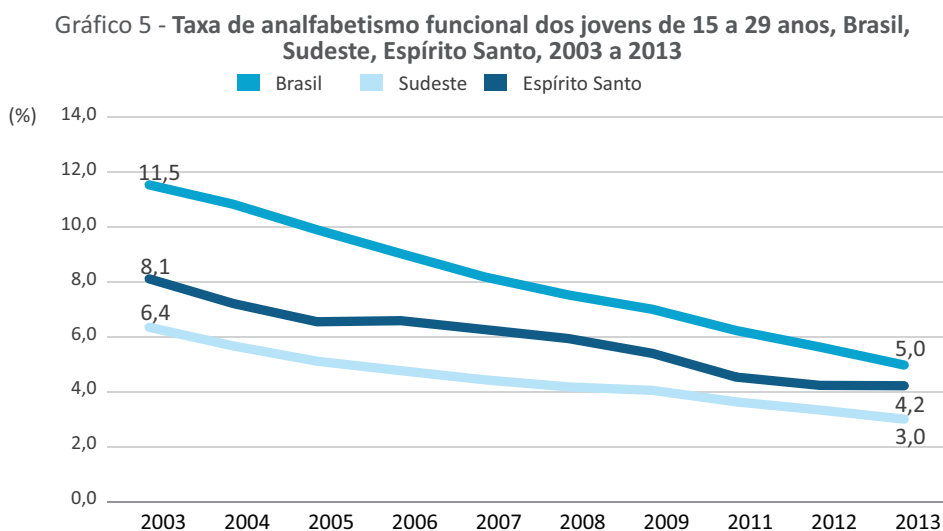
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 4.3 - Taxa de analfabetismo dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

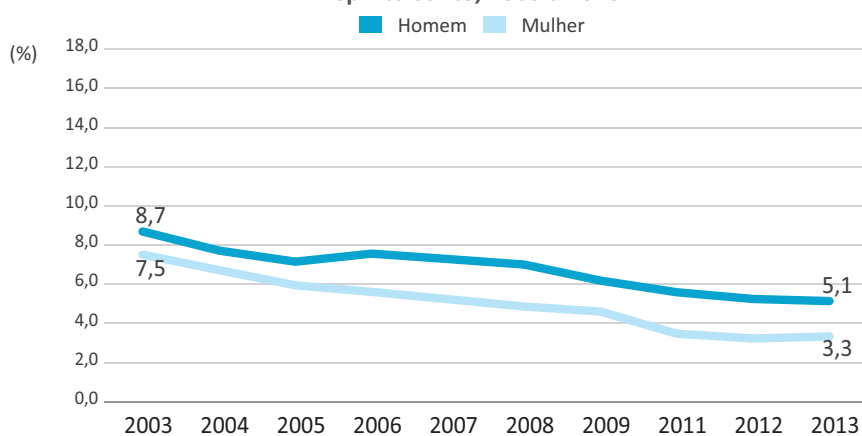
No que se refere ao analfabetismo funcional⁸, no período 2003 – 2013, essa taxa apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. Entre os jovens capixabas a taxa de analfabetismo funcional passou de 8,1%, em 2003, para 4,2%, em 2013 (redução de aproximadamente 48%). O analfabetismo funcional no estado, em 2013, ficou 1,2 pp acima da região Sudeste e 0,8 pp abaixo do Brasil. Ao longo do período, a diferença entre homens e mulheres que era de 1,2 pp, em 2003, aumentou para 1,8 pp, em 2013, ou seja, a taxa apresentou tendência decrescente, mas a diferença entre homens e mulheres se acentuou. Já entre negros e brancos, a diferença que era de 5,4 pp, em 2003, caiu para 2,8 pp, em 2013, embora os negros continuem a apresentar uma taxa de analfabetismo funcional de 5,3%, em 2013, contra uma taxa de 2,5% dos brancos. A população jovem da área rural vem reduzindo significativamente sua taxa de analfabetismo funcional: em 2003, essa taxa chegou a quase 16%, enquanto, em 2013, reduziu para 5,5% (queda de 65,2%). Já a população jovem residente na área urbana apresentou, em 2013, uma taxa de analfabetismo funcional de 4,0%.



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

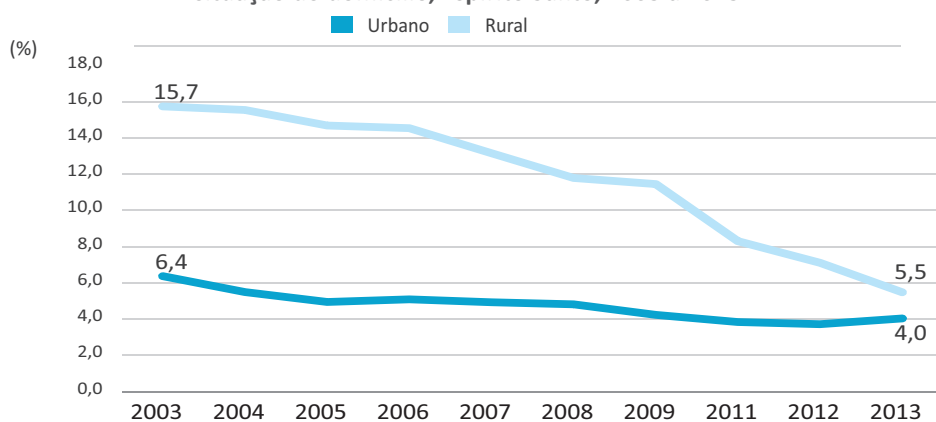
⁸ Pessoas que não completaram o primeiro ciclo de quatro anos do ensino fundamental.

Gráfico 5.1 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



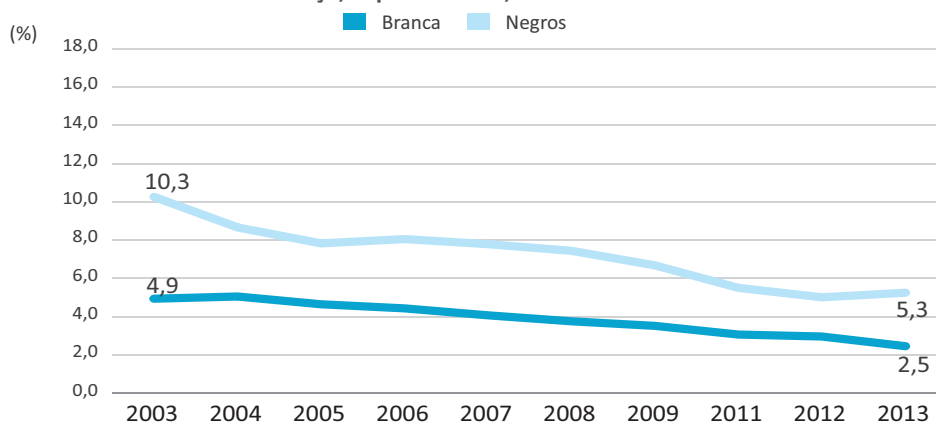
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 5.2 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 5.3 - Taxa de analfabetismo funcional dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

4.2 Escolaridade Média

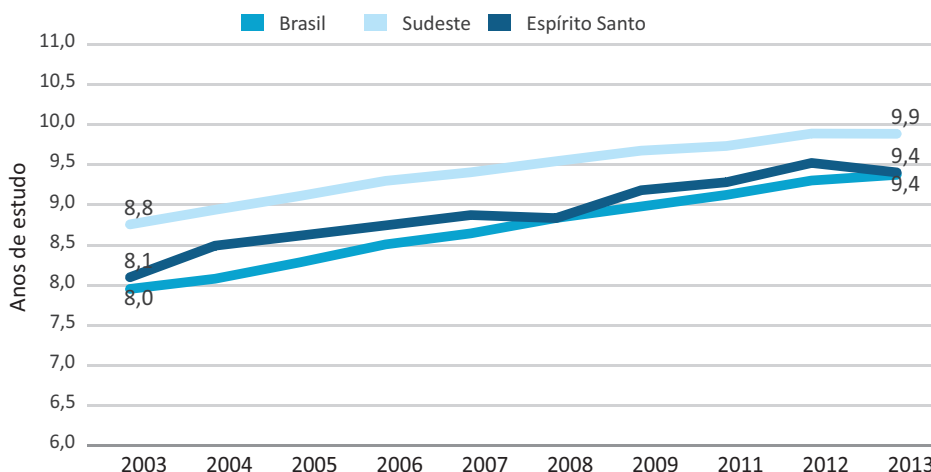


Em geral, aumentos na escolaridade média ocorrem em função de reduções do analfabetismo, aumento da frequência escolar e redução na proporção de pessoas em situação de atraso escolar.

Desta forma, de acordo com o gráfico abaixo, a escolaridade média dos jovens no Espírito Santo aumentou de 8,1 anos de estudo, em 2003, para 9,4 anos de estudo, em 2013. Em termos comparativos

a escolaridade média dos jovens capixabas, entre 2003 e 2013, esteve acima da escolaridade média dos jovens no Brasil, exceto em 2008 e 2013, em que a escolaridade média do Brasil e do Espírito Santo são equivalentes e iguais a 8,8 e 9,4 anos de estudo. É importante observar que durante o período analisado, a média de anos de estudo dos jovens capixabas foi inferior à média da região Sudeste.

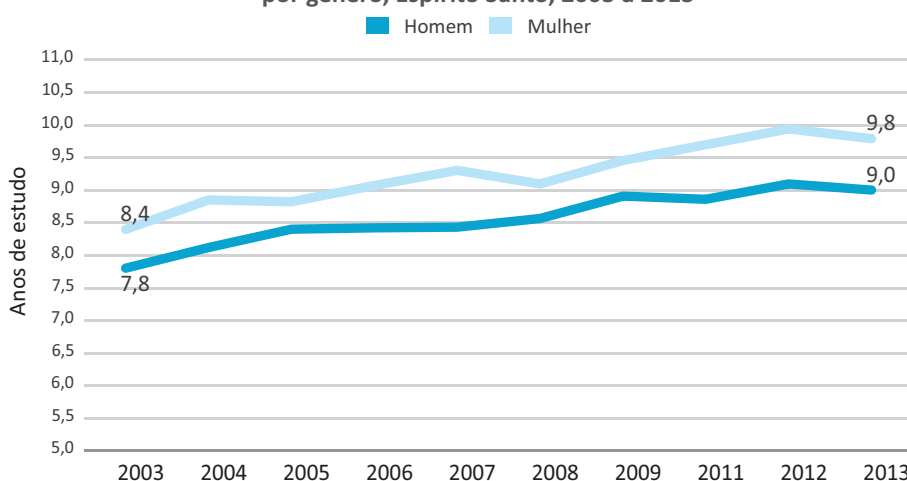
Gráfico 6 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

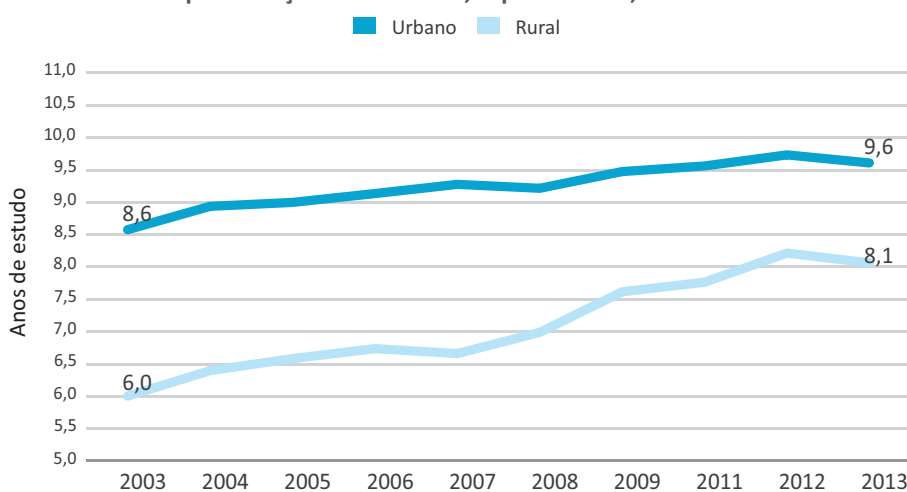
Ao compararmos a escolaridade média dos jovens no Espírito Santo, segundo o corte de gênero, verifica-se que durante todo o período as mulheres apresentam uma média de anos de estudo maior que a dos homens, chegando a uma média de 9,8 anos de estudo em 2013, contra 9,0 anos de estudo dos homens. Além disso, em 2013 a escolaridade média dos brancos (10,4) foi superior à dos negros (8,8). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade (9,6) superior à da área rural (8,1), mas essa diferença vem diminuindo ao longo dos anos, e em 2013 foi de 1,5 anos de estudo.

Gráfico 6.1 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



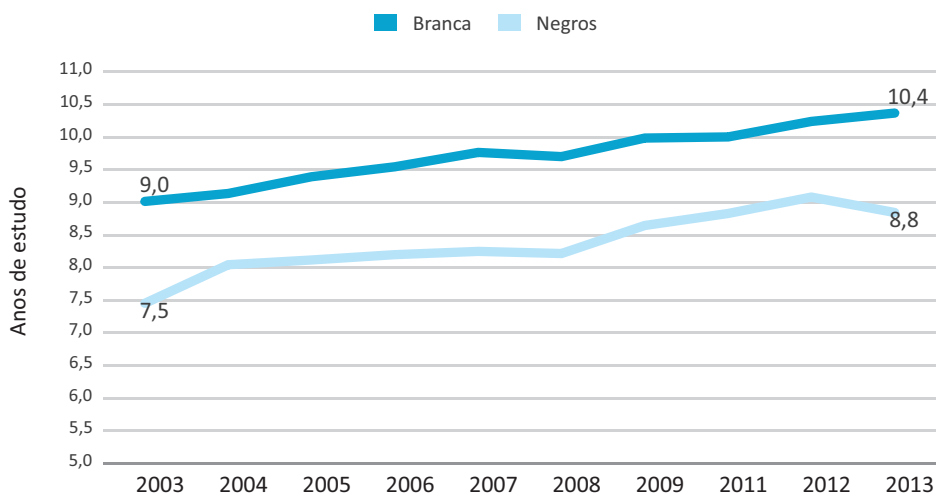
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 6.2 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

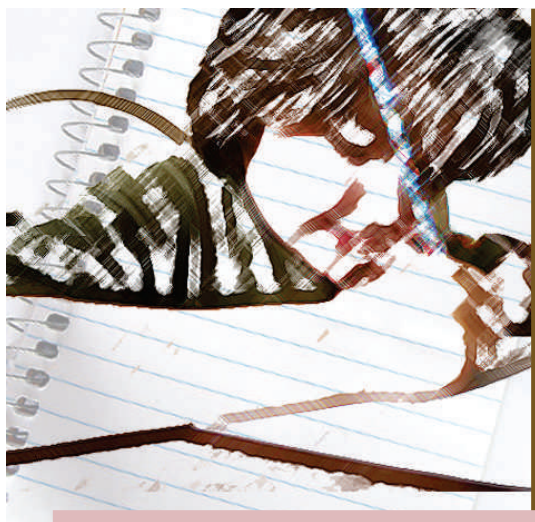
Gráfico 6.3 - Escolaridade média (em anos de estudo) dos jovens de 15 a 29 anos, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

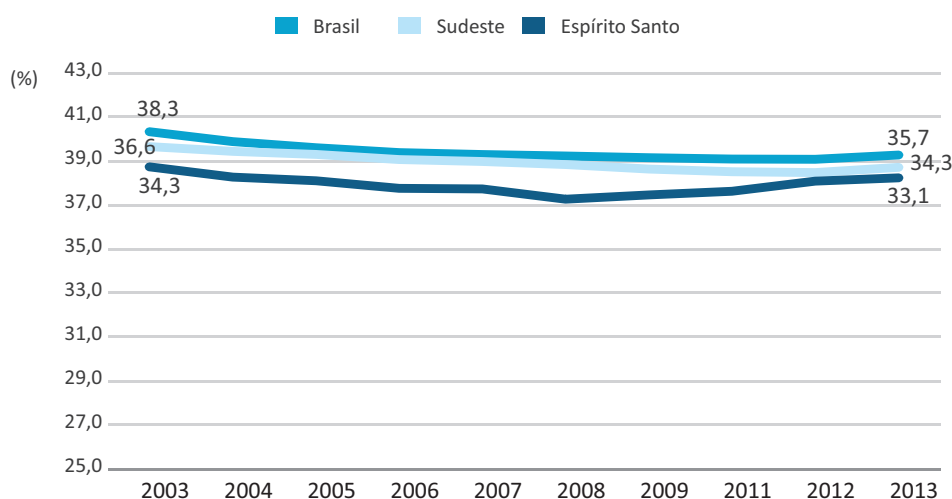
4.3 Frequência Escolar

Quanto à frequência escolar dos jovens capixabas, verifica-se uma tendência decrescente ao longo do período estudado. O mesmo ocorre com o Brasil e a região Sudeste. No Espírito Santo, em 2013, 33,1% dos jovens frequentava a escola, enquanto 34,3% e 35,7% dos jovens frequentava a escola na região Sudeste e Brasil. Ao comparar a frequência à escola entre homens e mulheres, nota-se uma



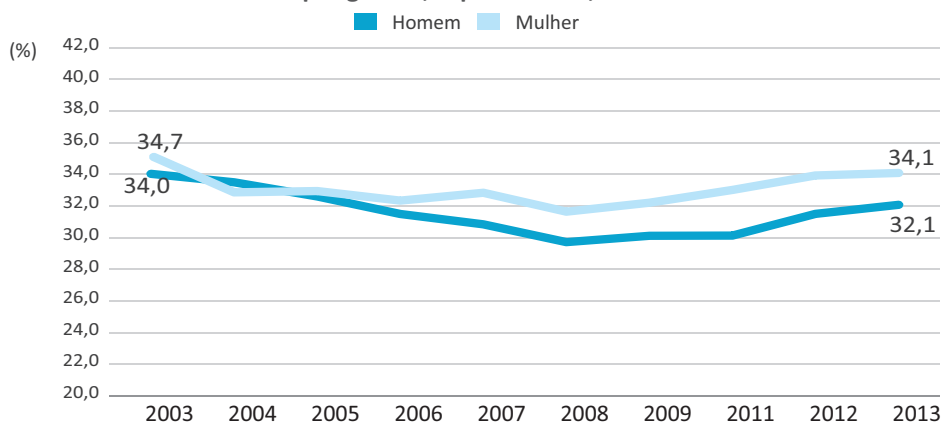
proporção maior de mulheres (34,1%), em 2013, frequentando a escola em relação aos homens (32,1%). Em 2013, uma proporção maior de jovens brancos (38,4%) frequentava a escola comparativamente aos jovens negros (30,1%). Além disso, a maior frequência à escola foi verificada entre os jovens residentes na zona urbana (34,2%) em relação aos residentes na zona rural (26%).

Gráfico 7 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



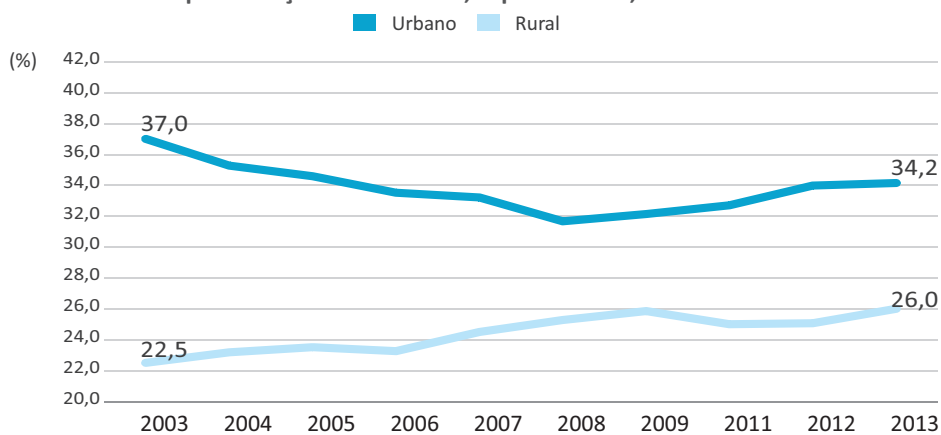
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 7.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



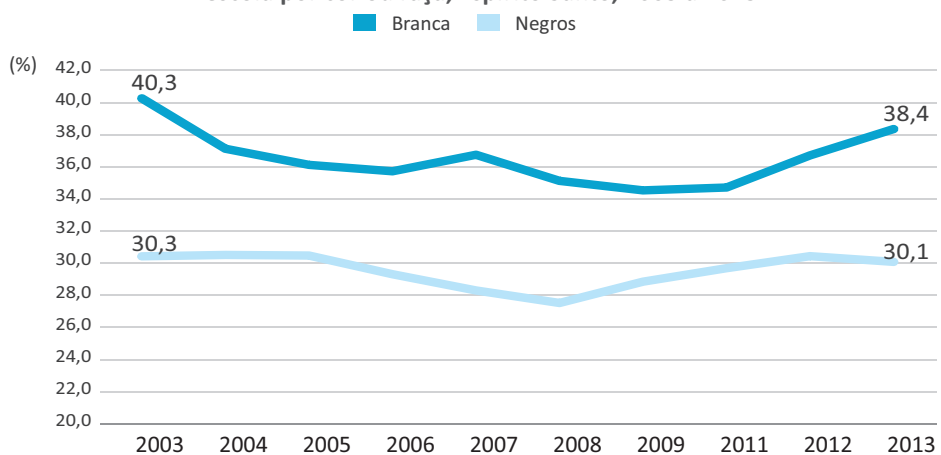
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 7.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

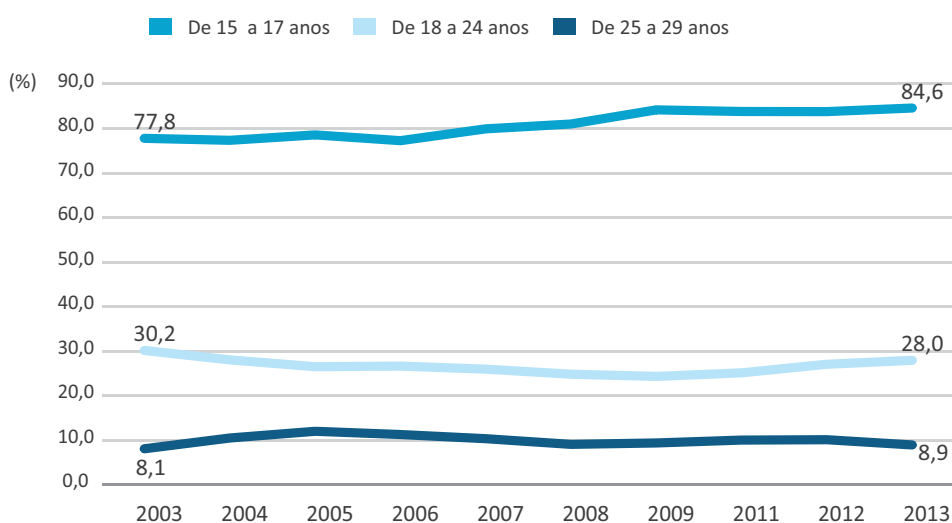
Gráfico 7.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Quanto à distribuição percentual dos jovens que frequentam escola segundo a faixa etária, verifica-se que 84,6% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentavam a escola no Espírito Santo em 2013. Contudo, apenas 28% dos jovens de 18 a 24 anos, faixa etária na qual os jovens deveriam estar cursando o ensino superior, e 8,9% dos jovens de 25 a 29 anos, idade em que os jovens teoricamente deveriam estar inseridos no mercado de trabalho, frequentavam a escola em 2013 no Estado.

Gráfico 8 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por faixa etária, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Do total de jovens que frequentam a escola, ao longo do período 2003-2013, há o predomínio daqueles que frequentam o ensino médio⁹, seguido dos que frequentam o ensino superior¹⁰ (à exceção de 2003), o ensino fundamental¹¹ e outras modalidades de ensino¹². Durante o período de análise, dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam a escola, em torno de 20% ainda estão no ensino fundamental, ou seja, possuem algum atraso. Em 2013, 19,1% dos jovens frequentava o ensino fundamental, o equivalente a 60 mil alunos em situação de atraso escolar.

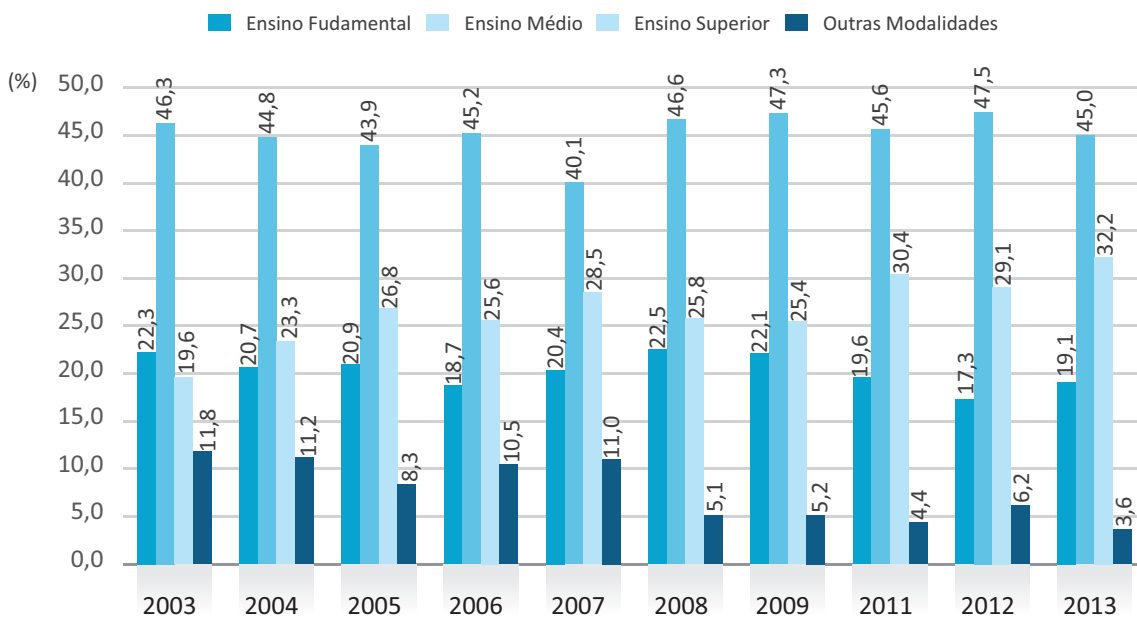
⁹ Ensino Médio regular.

¹⁰ Graduação, mestrado ou doutorado.

¹¹ Ensino Fundamental regular.

¹² EJA ou supletivo do ensino fundamental, EJA ou supletivo do ensino médio, alfabetização de jovens e adultos, pré-vestibular.

Gráfico 9 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam escola por modalidade de ensino, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

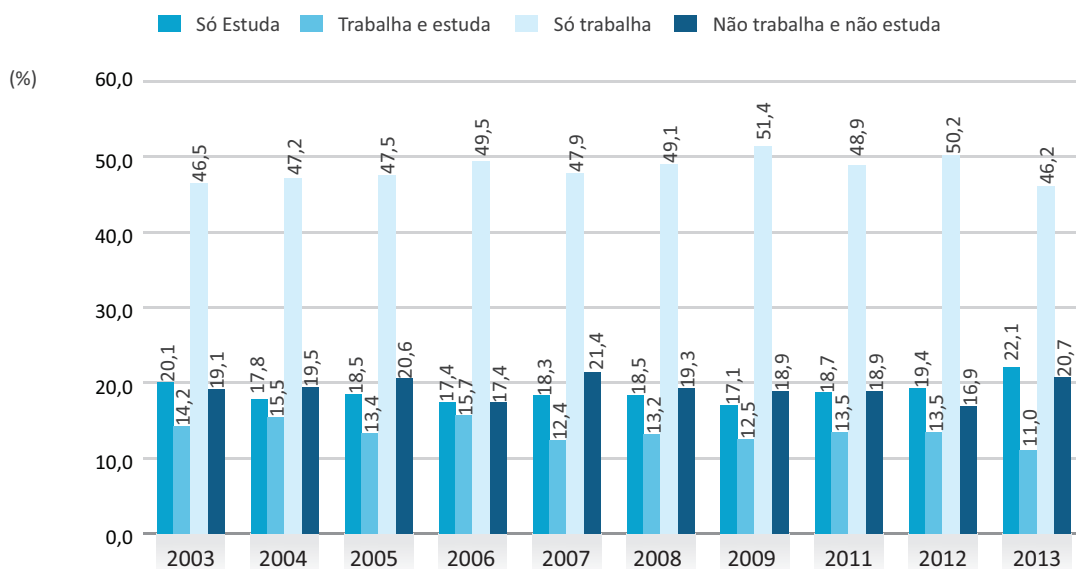
4.4 Alocação do Tempo



Além da frequência à escola é importante observar como ocorre a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo. No Brasil, observa-se que grande parte dos jovens abandona os estudos para ingressar no mercado de trabalho (IJSN 2012). No Espírito Santo, ao longo do período 2003–2013,

verificou-se que há um forte predomínio dos jovens que só trabalham. Além disso, chama atenção o crescimento no número de jovens capixabas que não trabalha e não estuda, passando de 182.688 jovens, em 2003, para 196.521, em 2013, ou seja, em dez anos houve um aumento de 13.833 jovens que não trabalham e não estudam.

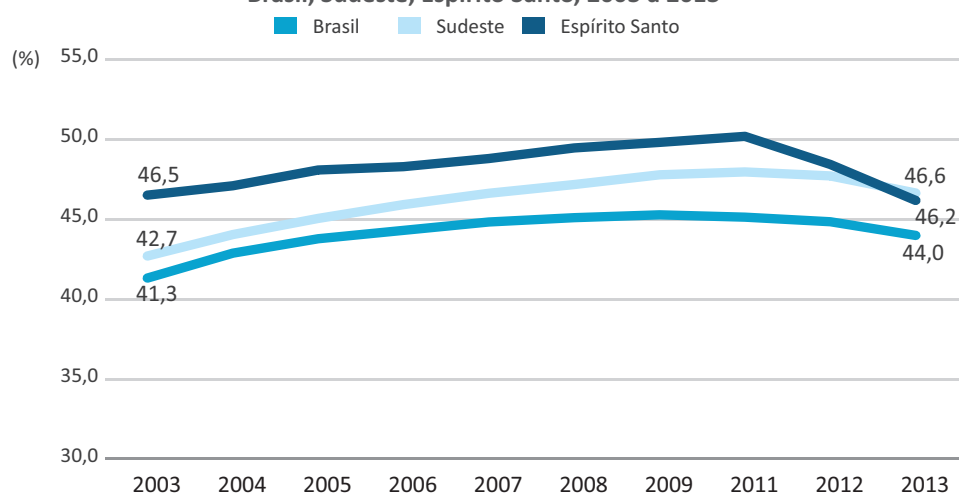
Gráfico 10 - Distribuição percentual da alocação do tempo dos jovens de 15 a 29 anos, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

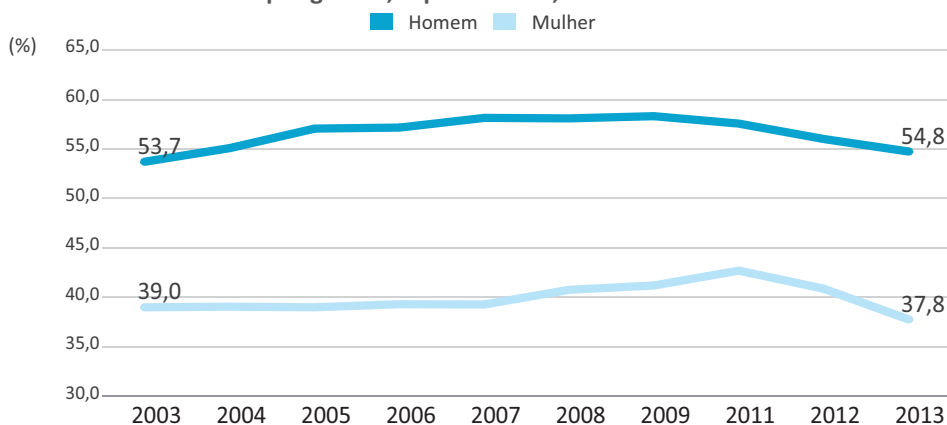
A seguir são feitas análises para cada um dos grupos de alocação do tempo dos jovens. Constata-se ao se observar o grupo de jovens que só trabalham uma tendência crescente para o Brasil e a região Sudeste. O Espírito Santo, por sua vez, apresenta uma tendência de crescimento até 2011, a partir daí o que se vê é uma redução do percentual de jovens que só trabalham. Em 2013, o Espírito Santo (46,2%) apresentou um percentual de jovens que só trabalham acima do Brasil (44%), mas inferior à região Sudeste (46,6%). Entre os homens, em 2013, 54,8% só trabalhavam, enquanto entre as mulheres esse percentual era de 37,8%. Já entre brancos (46,1%) e negros (46,3%), em 2013, quase não existe diferença percentual entre os jovens que só trabalham. Os residentes da área rural que só trabalhavam (55,3%) apresentaram um percentual superior aos residentes da área urbana (44,8%).

Gráfico 11 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



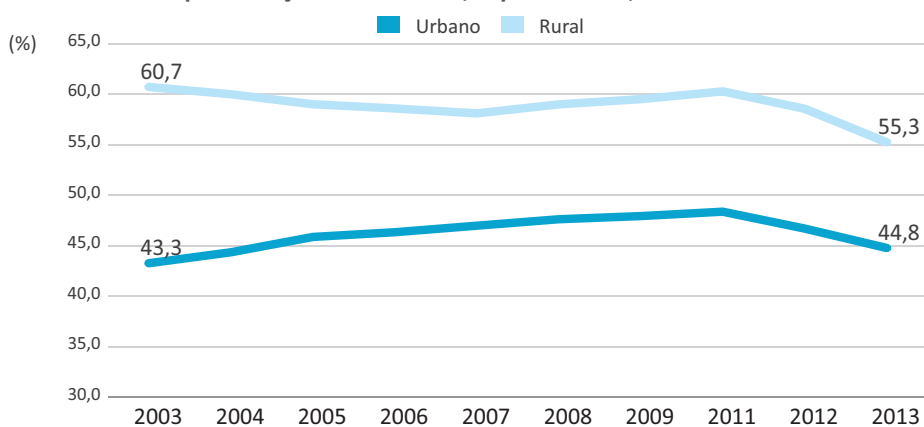
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 11.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



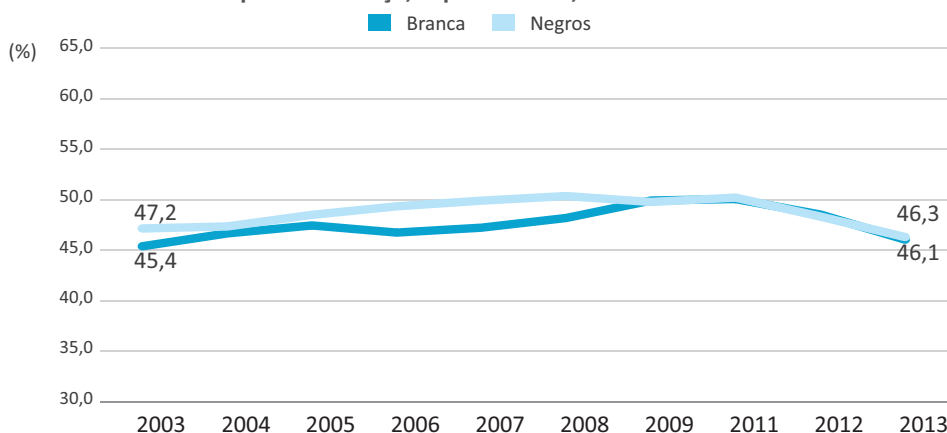
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 11.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

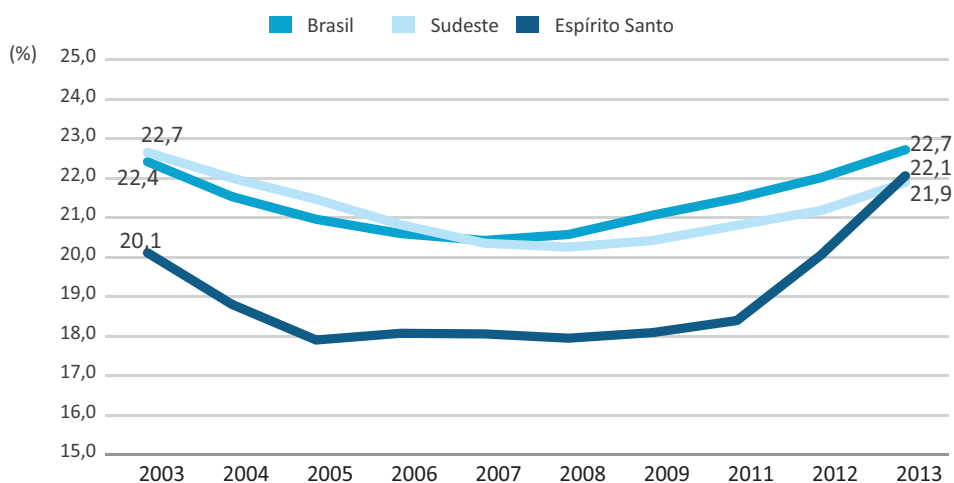
Gráfico 11.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só trabalham, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

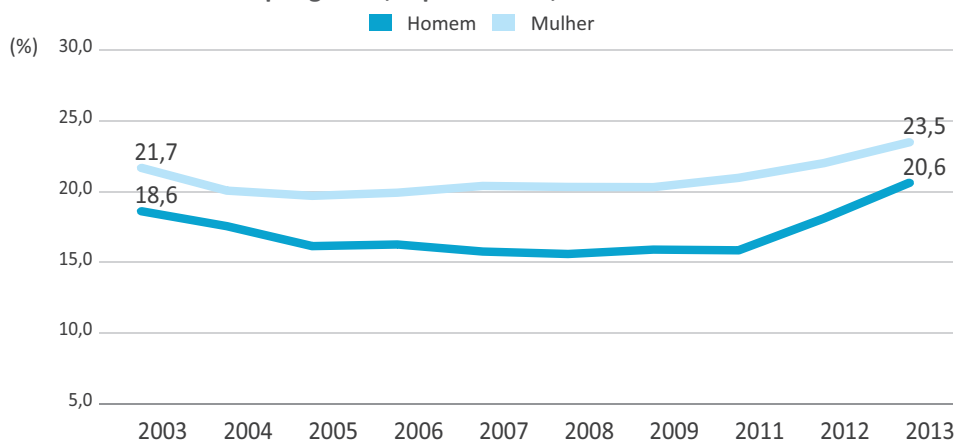
Ao examinarmos o grupo de jovens que só estudam, nota-se em 2013, um percentual maior de jovens no Espírito Santo (22,1%) do que na região Sudeste (21,9%), mas inferior à média nacional (22,7%). Ao comparar, em 2013, homens e mulheres, é maior entre as mulheres (23,5%) o percentual das que só estudam, enquanto entre os homens o percentual dos que só estudam é de 20,6%. Entre brancos e negros, a diferença, em 2003, que era de 6,5 pp, caiu, em 2013, para 3,2 pp. O percentual dos residentes da área rural que só estudavam passou de 9,3%, em 2003, para aproximadamente 18%, em 2013. Já os residentes da área urbana permaneceram praticamente estáveis, passando de 22,5%, em 2003, para 22,7%, em 2013.

Gráfico 12 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



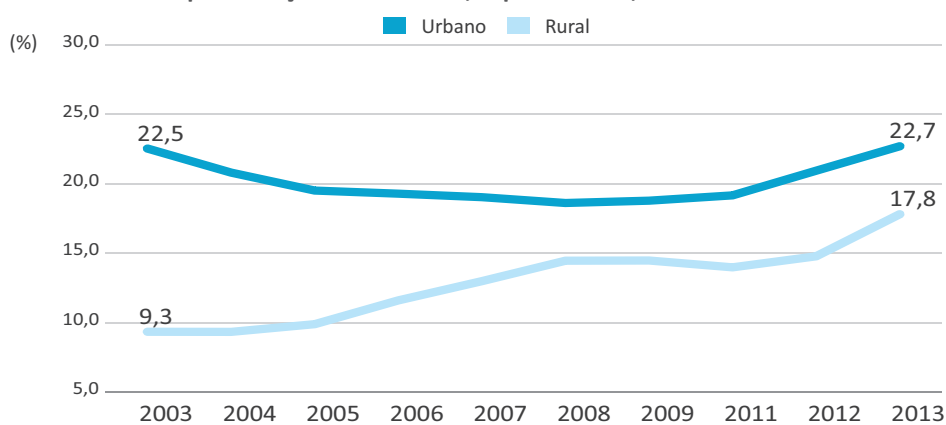
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 12.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



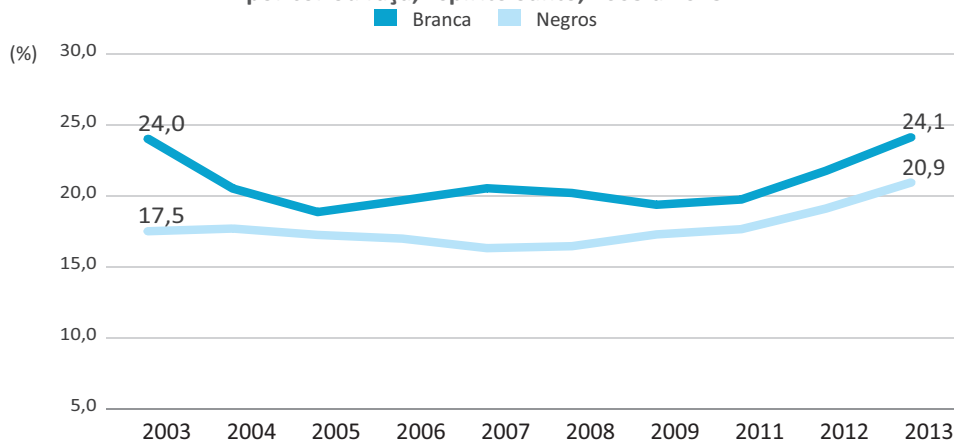
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 12.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

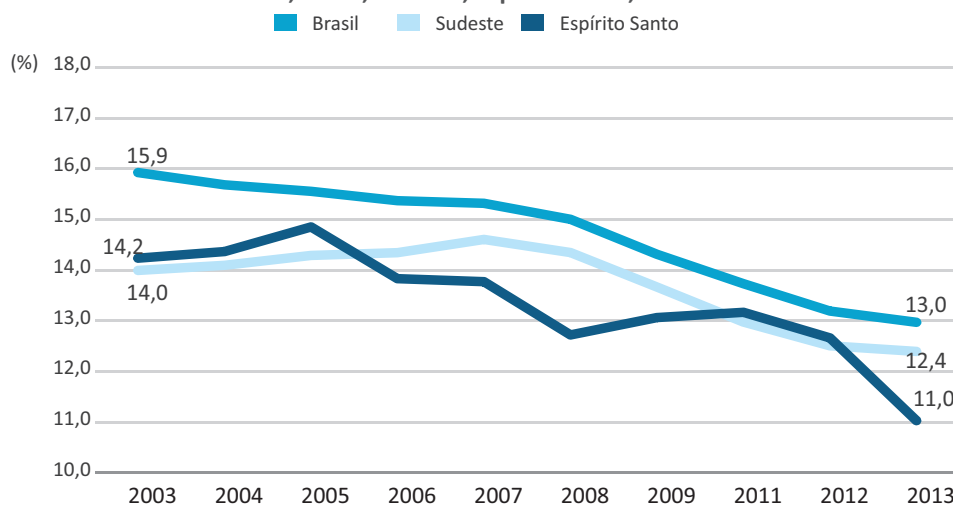
Gráfico 12.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que só estudam, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

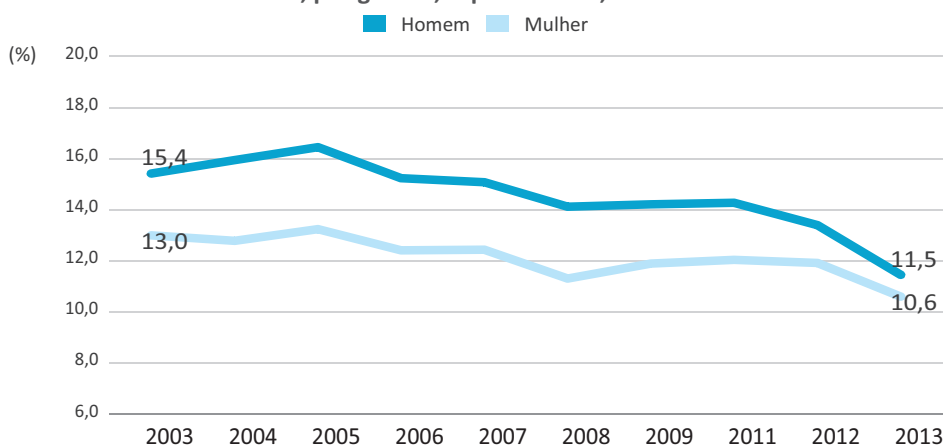
De maneira geral, o grupo de jovens que trabalham e estudam apresentou tendência decrescente ao longo do período 2003-2013, tanto no Brasil, quanto na região Sudeste e Espírito Santo. Em 2013, o Espírito Santo (11%) apresentou uma proporção menor de jovens que trabalham e estudam do que a região Sudeste (12,4%) e o Brasil (13%). A diferença entre homens e mulheres capixabas que era de 2,4 pp, em 2003, caiu para 0,9 pp, em 2013, embora a proporção de homens que trabalham e estudam (11,5%) seja superior à das mulheres (10,6%). Em relação aos brancos e negros, a proporção foi maior entre os brancos (14,3%) que entre os negros (9,2%). Em 2013, os jovens capixabas residentes na área urbana (11,5%) também apresentaram uma proporção maior dos que trabalham e estudam do que os residentes da área rural (8,2%).

Gráfico 13 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



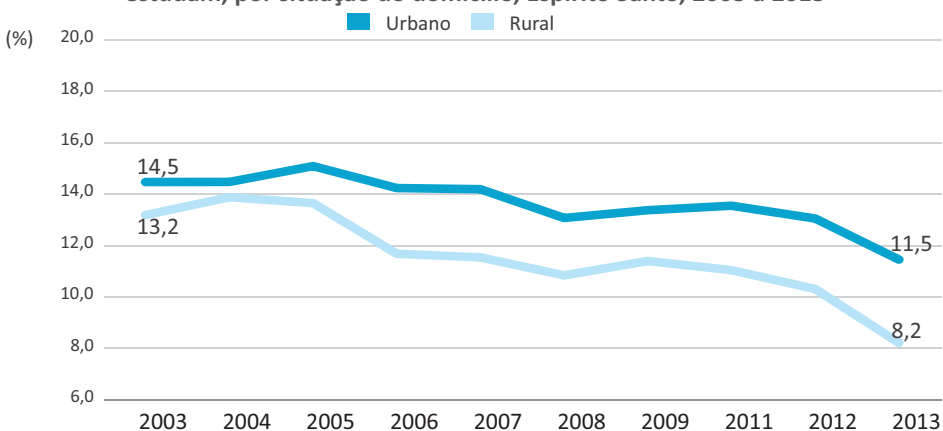
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 13.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



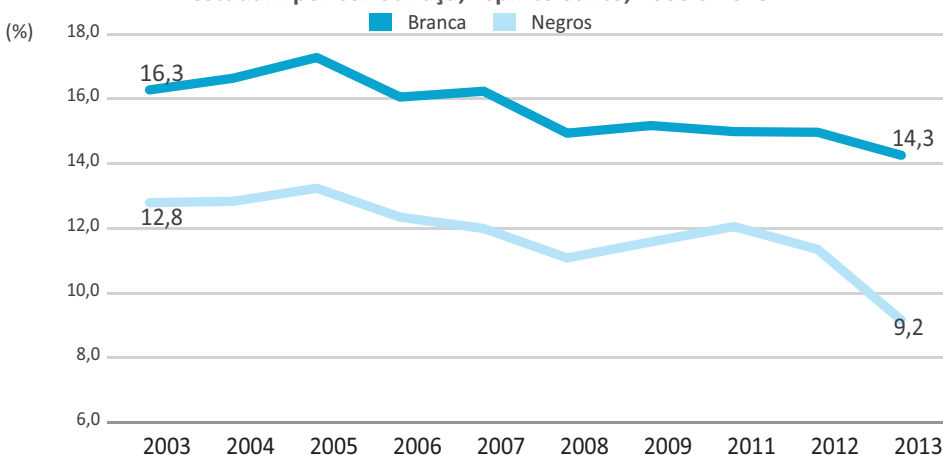
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 13.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

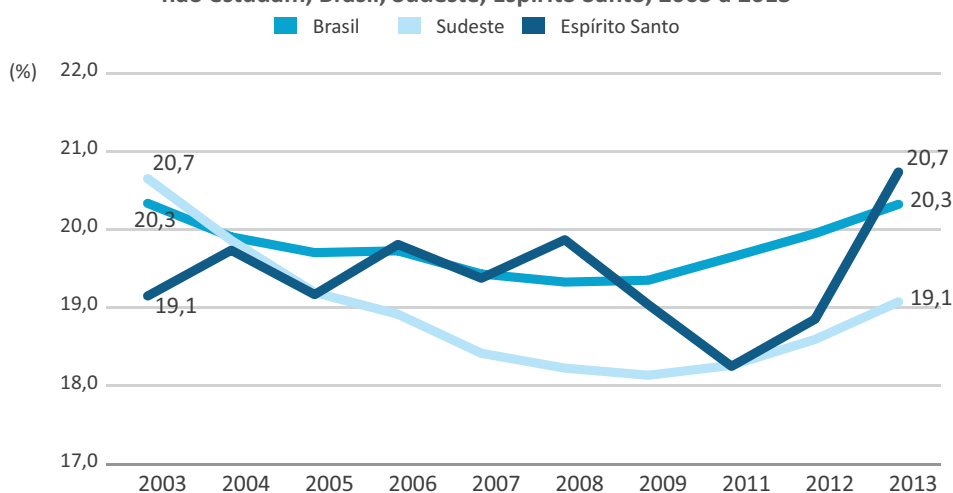
Gráfico 13.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que trabalham e estudam por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

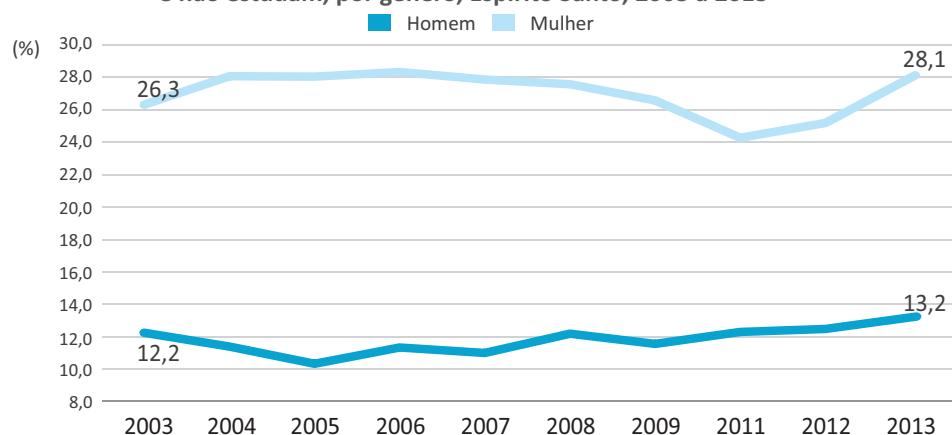
O grupo de jovens que não trabalha nem estuda, denominado geração “nem-nem”, apresentou no estado do Espírito Santo uma tendência de elevação, passando, em 2003, de 19,1% para 20,7%, em 2013. Enquanto isso, no Brasil o percentual de jovens permaneceu estável, e a região Sudeste viu a geração “nem-nem” reduzir de 20,7%, em 2003, para 19,1% em 2013. Em termos de gênero, o Espírito Santo revelou que entre as mulheres, 28,1% não trabalham nem estudam. Já entre os homens o percentual é de apenas 13,2%, uma diferença de quase 15 pp em relação às mulheres. Na análise por cor ou raça, os negros apresentaram, em 2013, um percentual maior da geração “nem-nem”, correspondente a 23,6% dos jovens negros. Já entre os brancos, 15,6% não trabalham nem estudam. Entre os jovens da área urbana (21%) há um percentual maior da geração “nem-nem” quando comparados aos jovens da área rural (18,7%).

Gráfico 14 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



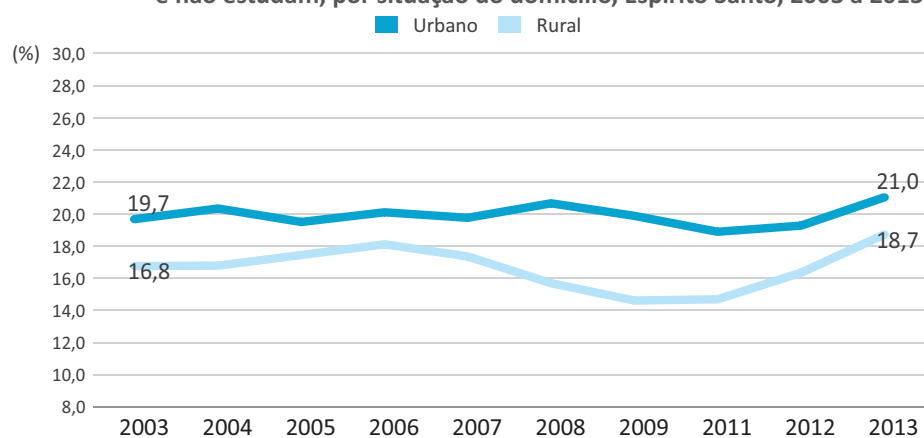
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 14.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



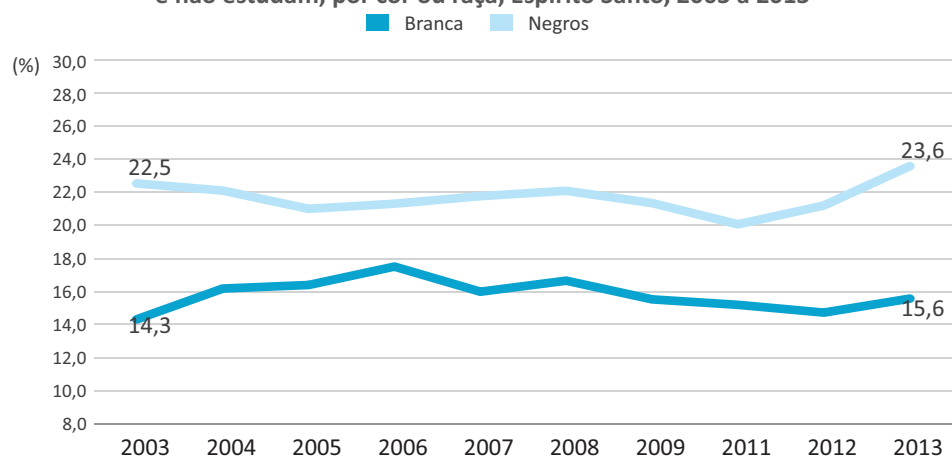
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 14.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 14.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e não estudam, por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

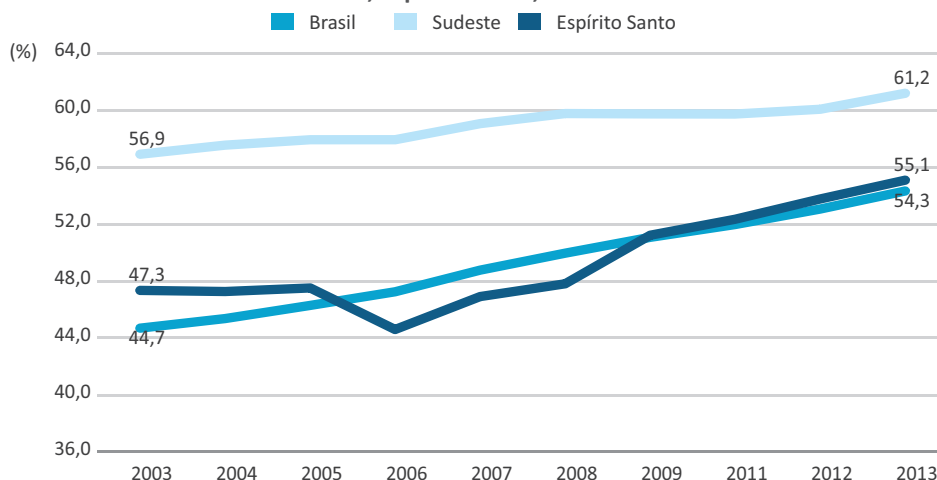
4.5 Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio



No que se refere à taxa de escolarização líquida¹³ do ensino médio, verifica-se uma tendência crescente, no período 2003-2013, para Brasil, Sudeste e Espírito Santo. De acordo com o gráfico 15, em 2013, o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados no nível de ensino adequado (Ensino Médio) no Espírito Santo (55,1%) foi superior ao do Brasil (54,3%), porém inferior ao da região Sudeste (61,2%). Em 2013, entre as mulheres (66,4%) o percentual de jovens

em idade adequada cursando o ensino médio foi superior ao dos homens (45,8%). A distância entre brancos e negros que era de 9,5 pp, em 2003, aumentou para 15,5 pp, em 2013. O contrário ocorreu entre os jovens da área urbana e rural, cujo distanciamento reduziu de 20,9 pp, em 2003, para 9,5 pp, em 2013, muito embora o percentual de jovens na área rural cursando o ensino médio, em idade adequada, seja inferior a 50%.

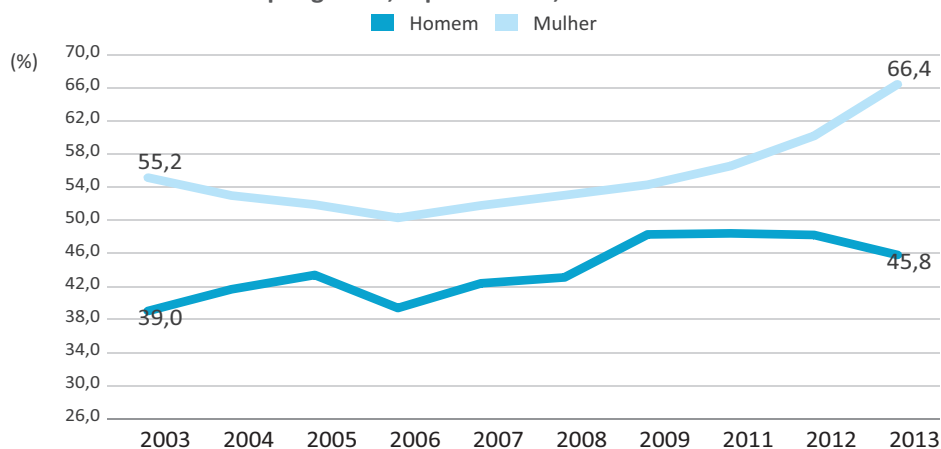
Gráfico 15 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

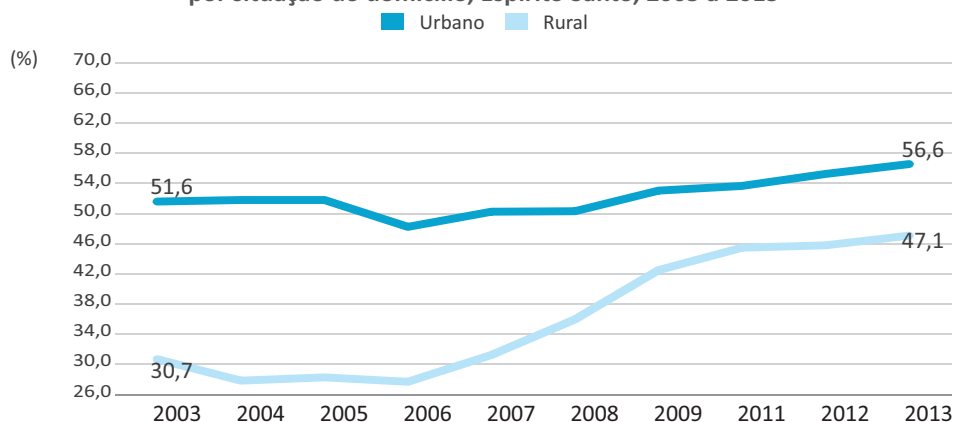
¹³ Este indicador corresponde à razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma idade.

Gráfico 15.1 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



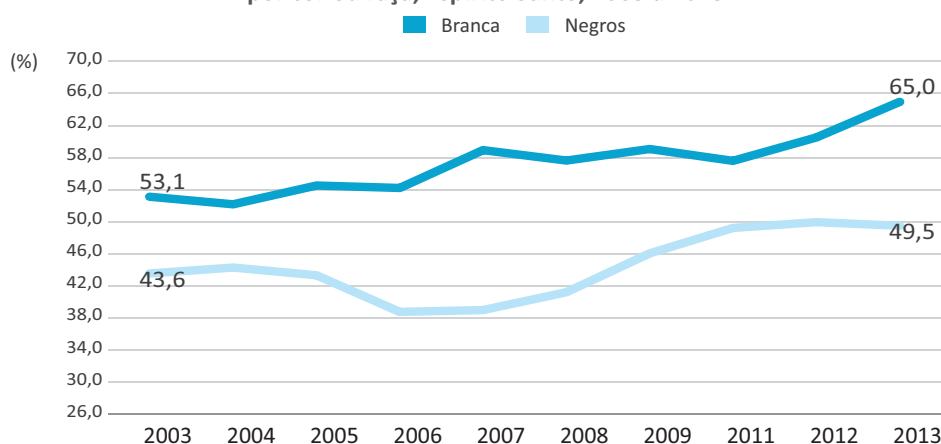
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 15.2 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 15.3 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (15 a 17 anos), por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

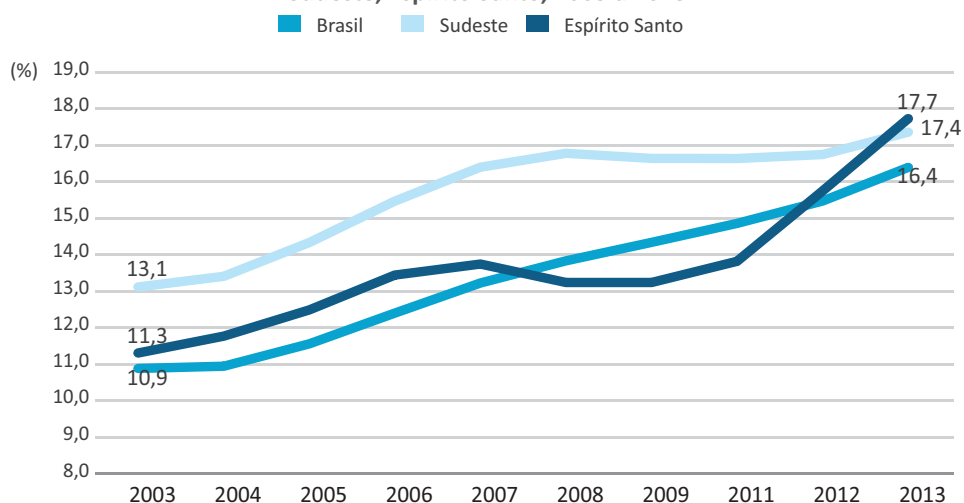
4.6 Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior



A taxa de escolarização líquida do ensino superior para os jovens de 18 a 24 anos de idade foi, em 2013, no Espírito Santo (17,7%) superior a do Brasil (16,4%) e a da região Sudeste (17,4%). Entre as mulheres (20,3%), em 2013, a taxa de escolarização líquida foi superior à dos homens (15%). Os brancos (29,9%) apresentam em 2013 um percentual maior de jovens em idade adequada cursando o ensino superior do que os negros (11,3%). Já na área rural, apenas 4,4% dos jovens de 18 a 24 anos estão cursando o ensino superior na idade adequada, enquanto entre os jovens da área urbana o percentual é de 20%.

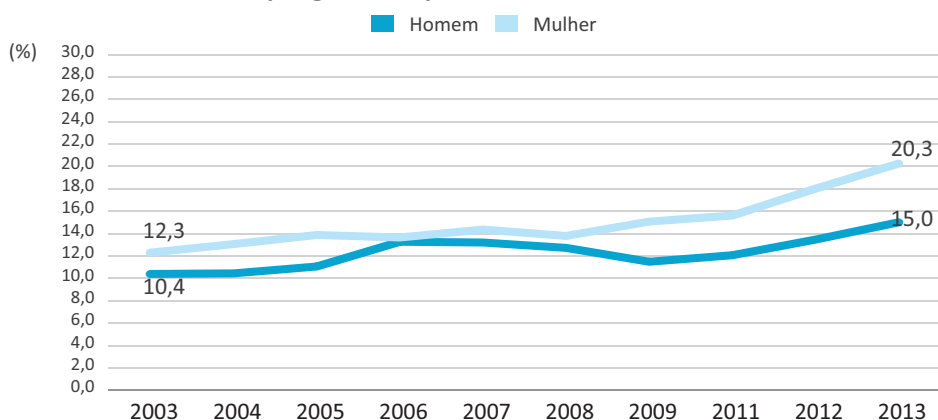
Os brancos (29,9%) apresentam em 2013 um percentual maior de jovens em idade adequada cursando o ensino superior do que os negros (11,3%). Já na área rural, apenas 4,4% dos jovens de 18 a 24 anos estão cursando o ensino superior na idade adequada, enquanto entre os jovens da área urbana o percentual é de 20%.

Gráfico 16 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



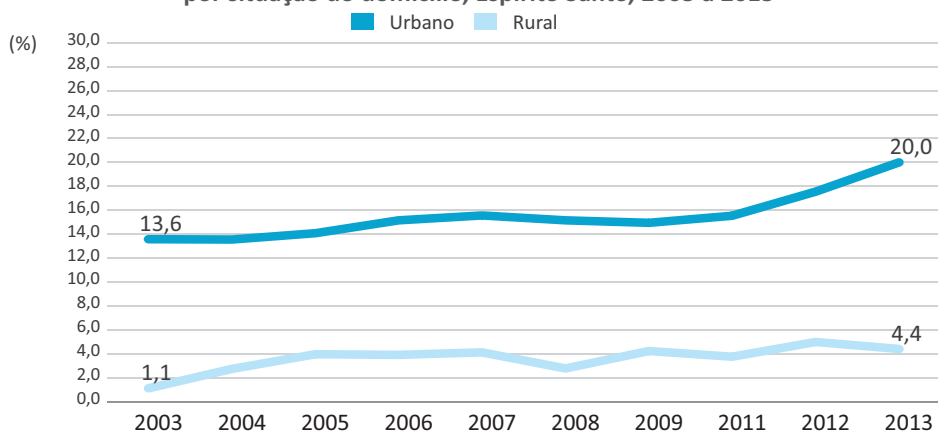
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 16.1 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



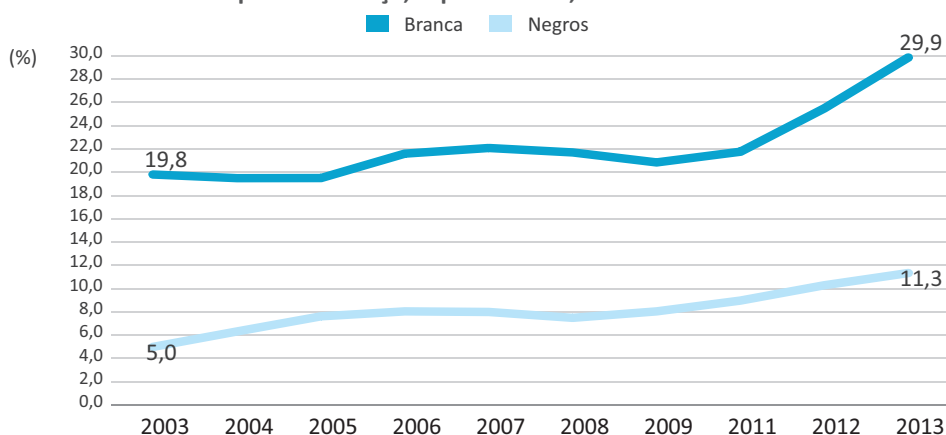
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 16.2 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 16.3 - Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior (18 a 24 anos), por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

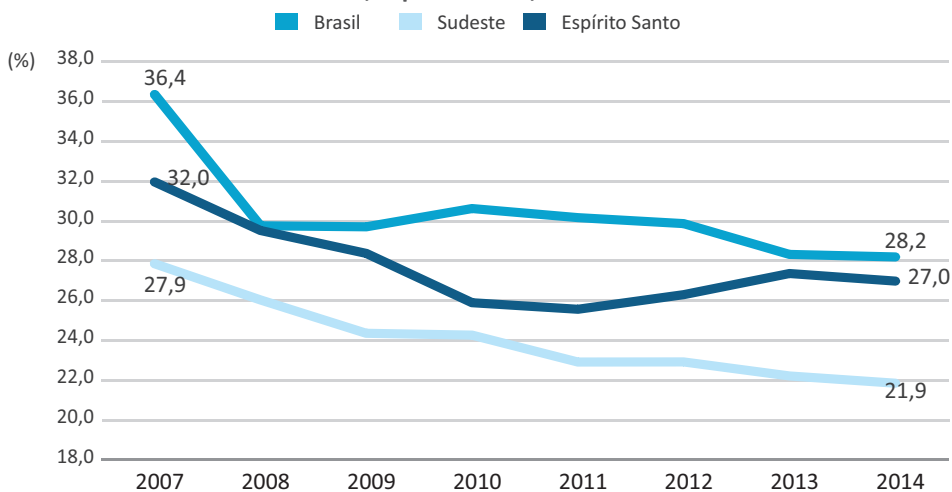
4.7 Taxa de distorção idade-série do Ensino Fundamental (9º ano) – CENSO ESCOLAR



Outro indicador importante, principalmente, por expressar o nível de defasagem em uma dada série¹⁴, é a taxa de distorção idade-série. De acordo com dados do Censo Escolar, a taxa de distorção idade-série do 9º ano do ensino fundamental apresentou, no período 2007-2014, tendência decrescente para o Espírito Santo, região Sudeste e Brasil. Em 2014, o Espírito Santo (27%) apresentou valor superior à região Sudeste (21,9%), mas inferior à média nacional (28,2%). A proporção de homens em ano irregular de estudo

no Espírito Santo, em 2014, foi de 30,9%, valor superior à proporção de mulheres (23,4%). Apesar da tendência decrescente, um percentual significativo dos negros capixabas, em idade escolar, frequenta o 9º ano do ensino fundamental em idade irregular (30,7%). Entre os brancos o percentual é de 20,5%. Em relação à situação do domicílio, a diferença entre as taxas em 2014 é de apenas 1,7 pp, com uma proporção maior na área rural (28,4%) do que na urbana (26,7%).

Gráfico 17 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano), Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2007 a 2014

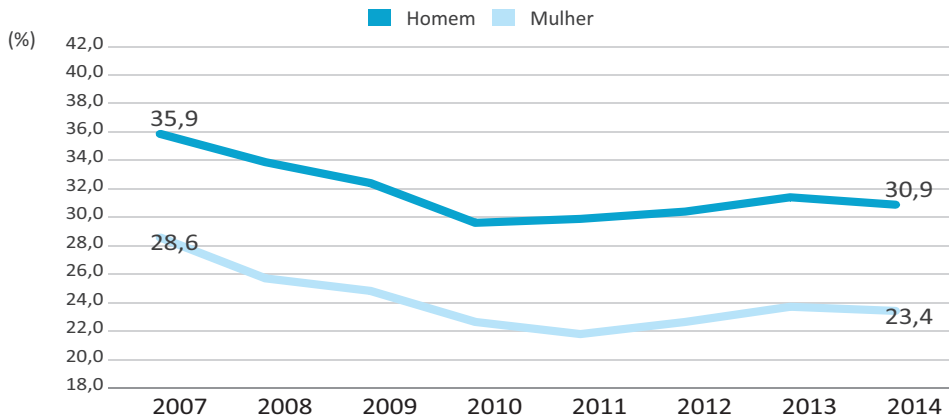


Fonte: Censo Escolar 2007-2014 (INEP).

Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

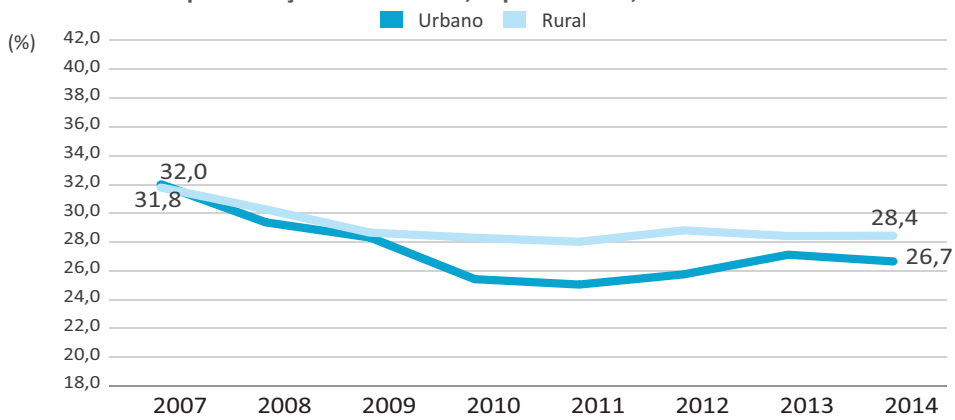
¹⁴ A taxa de distorção idade-série corresponde ao total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade superior à considerada ideal sobre o total de matrículas na série em questão.

Gráfico 17.1 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por gênero, Espírito Santo, 2007 a 2014



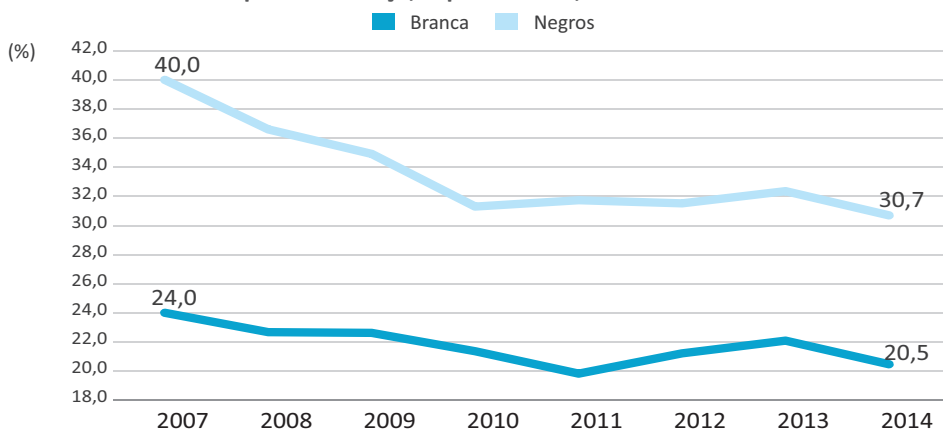
Fonte: Censo Escolar 2007-2014 (INEP).
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)/Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 17.2 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por situação do domicílio, Espírito Santo, 2007 a 2014



Fonte: Censo Escolar 2007-2014 (INEP).
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)/Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 17.3 - Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental (9º ano) por cor ou raça, Espírito Santo, 2007 a 2014



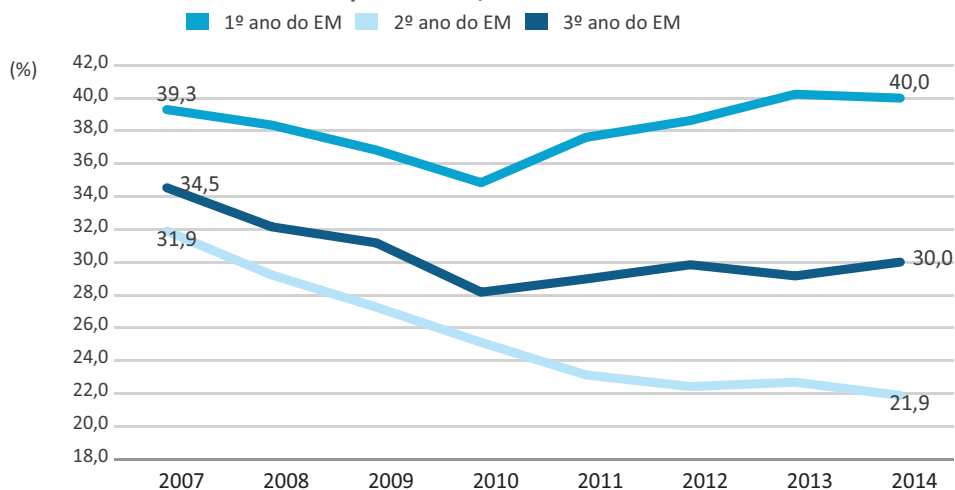
Fonte: Censo Escolar 2007-2014 (INEP).
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)/Coordenação de Estatística (CEST).

4.8 Taxa de distorção idade - série do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano), Espírito Santo – CENSO ESCOLAR

A taxa de distorção idade-série do Ensino Médio no Espírito Santo no 1º ano do ensino médio sofreu uma leve alteração de 2007 a 2014, passando de 39,3% para 40%. Já no 2º e 3º ano do ensino médio, a proporção de pessoas em ano irregular de estudo reduziu de 34,5% para 30%, e de 31,9% para 21,9%, respectivamente.



Gráfico 18 - Taxa de distorção idade-série do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano), Espírito Santo, 2007 a 2014



Fonte: Censo Escolar 2007-2014 (INEP). Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

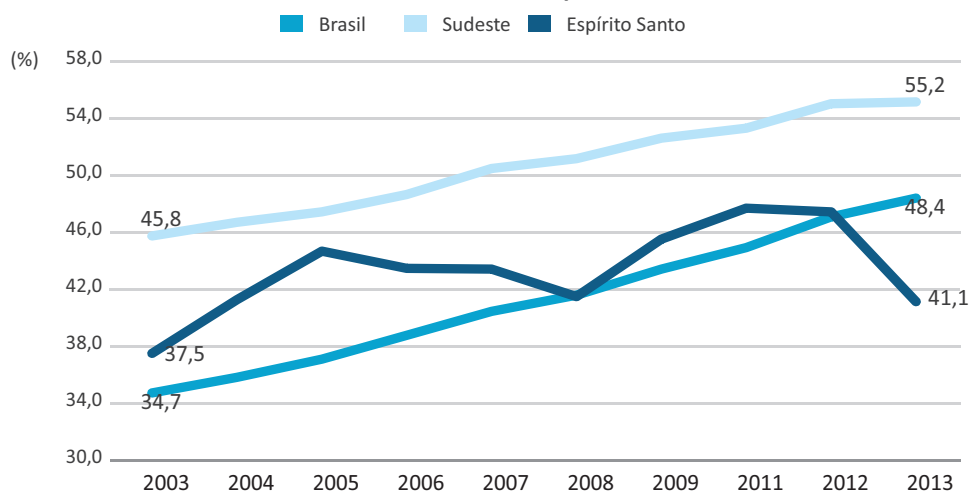
4.9 Jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental



A distribuição percentual de jovens com 15 anos de idade que concluíram o ensino fundamental, em 2013, no estado (41,1%) foi inferior à da região Sudeste (55,2%) e Brasil (48,4%). Entre as mulheres o percentual passou de 41,7%, em 2003, para 53,5% em 2013. Já entre os homens houve redução desse indicador, que passou de 33,7%, em 2003, para

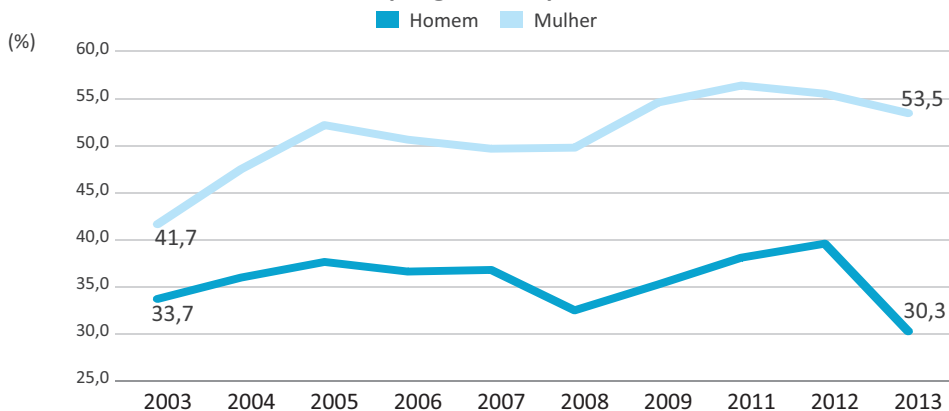
30,3% em 2013. Em relação aos brancos e negros, em 2013, o percentual de jovens de 15 anos de idade que concluíram o ensino fundamental foi maior entre os brancos (52,8%) do que entre os negros (36,4%). Entre os residentes da área rural, em 10 anos, o percentual aumentou mais de 20 pp, passando de 28,6% para 50%. Entre os residentes da área urbana o indicador permaneceu praticamente estável, passando de 39,5% para 39,8%.

Gráfico 19 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



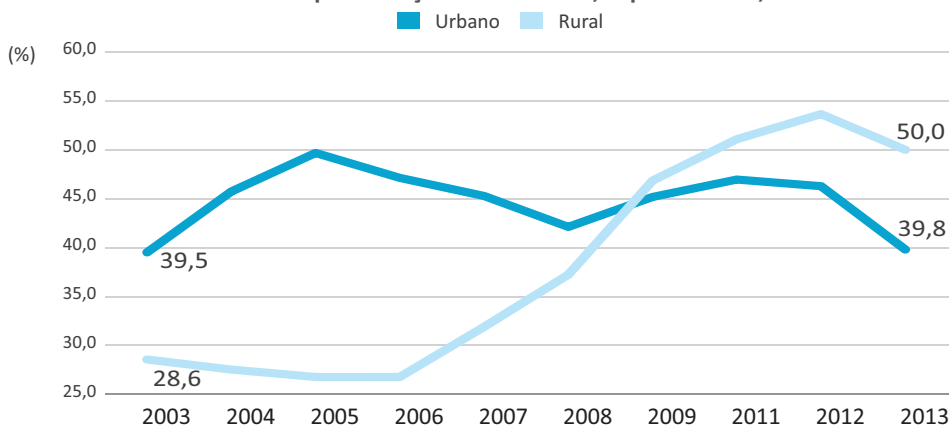
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 19.1 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



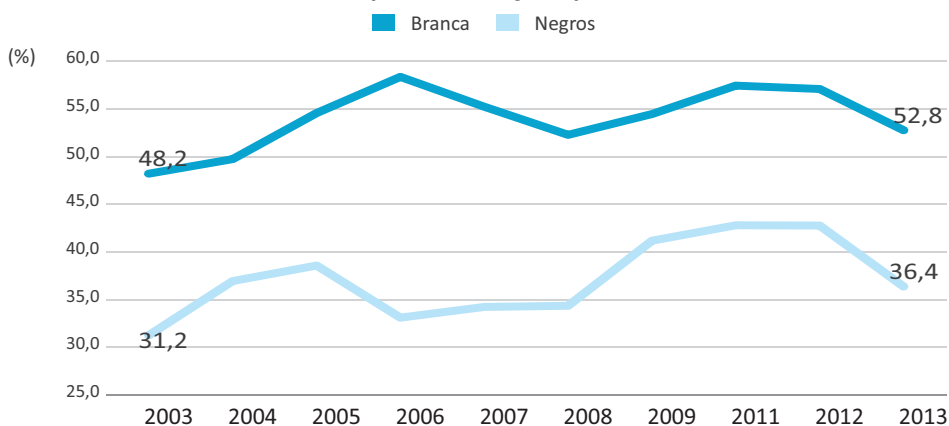
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 19.2 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 19.3 - Distribuição percentual dos jovens de 15 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

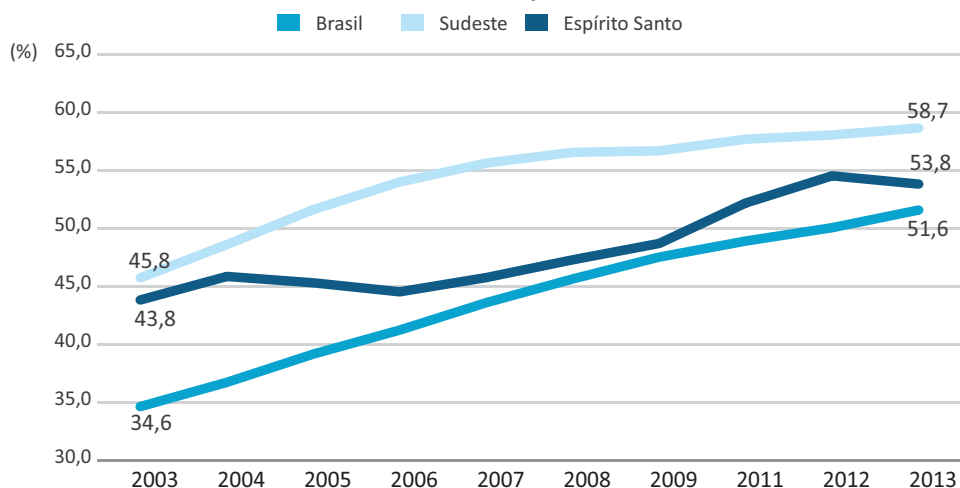
4.10 Jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio

Com relação à jovens de 19 anos de idade que concluíram o ensino médio, o Espírito Santo, Brasil e região Sudeste apresentaram, durante o período 2003-2013, tendência crescente. Em relação ao gênero, em 2013, o percentual de mulheres que concluíram o ensino médio até os 19 anos de idade



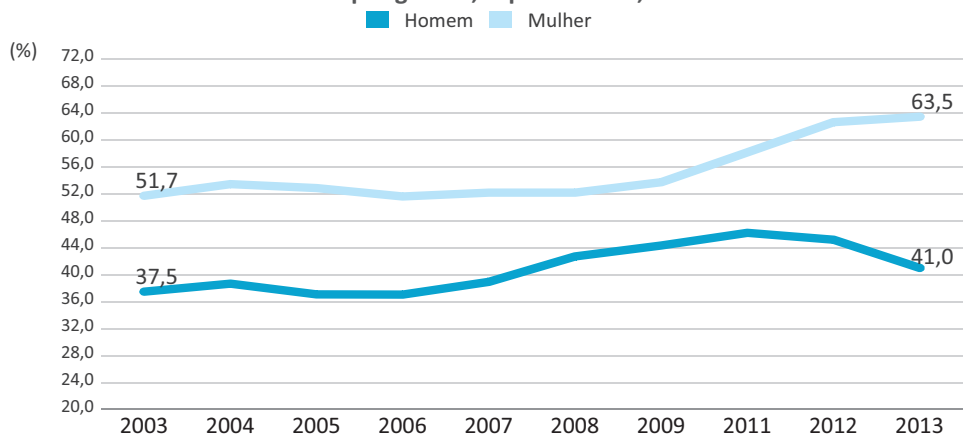
(63,5%) foi bem superior ao dos homens (41%). A diferença de aproximadamente 27 pp, em 2003, entre as taxas dos jovens declarados brancos que concluíram o ensino médio aos 19 anos e os negros, reduziu para 16,2 pp, em 2013. Na área rural, o percentual de alunos que concluíram o ensino médio aos 19 anos de idade (45,8%) foi inferior ao da área urbana (56,7%).

Gráfico 20 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, 2003 a 2013



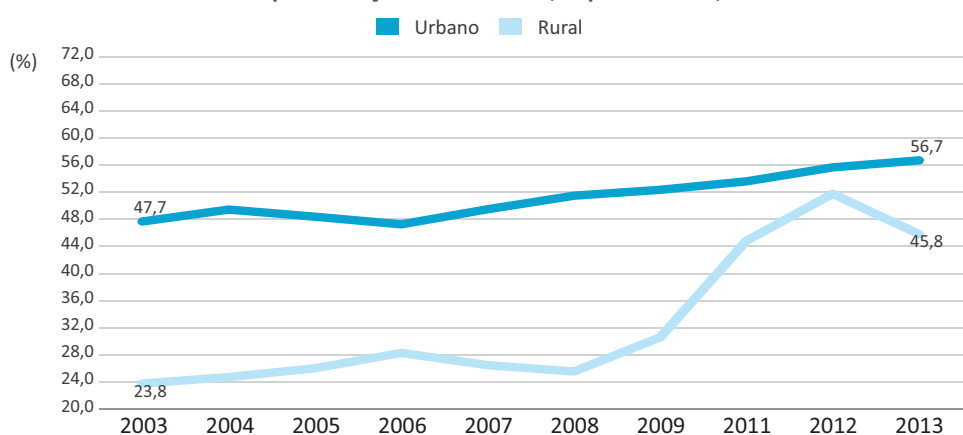
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 20.1 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por gênero, Espírito Santo, 2003 a 2013



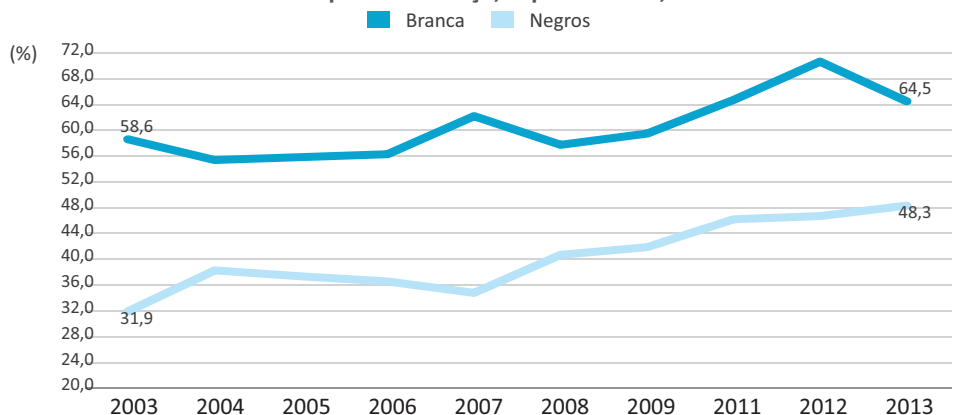
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 20.2 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por situação do domicílio, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Gráfico 20.3 - Distribuição percentual dos jovens de 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio por cor ou raça, Espírito Santo, 2003 a 2013



Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

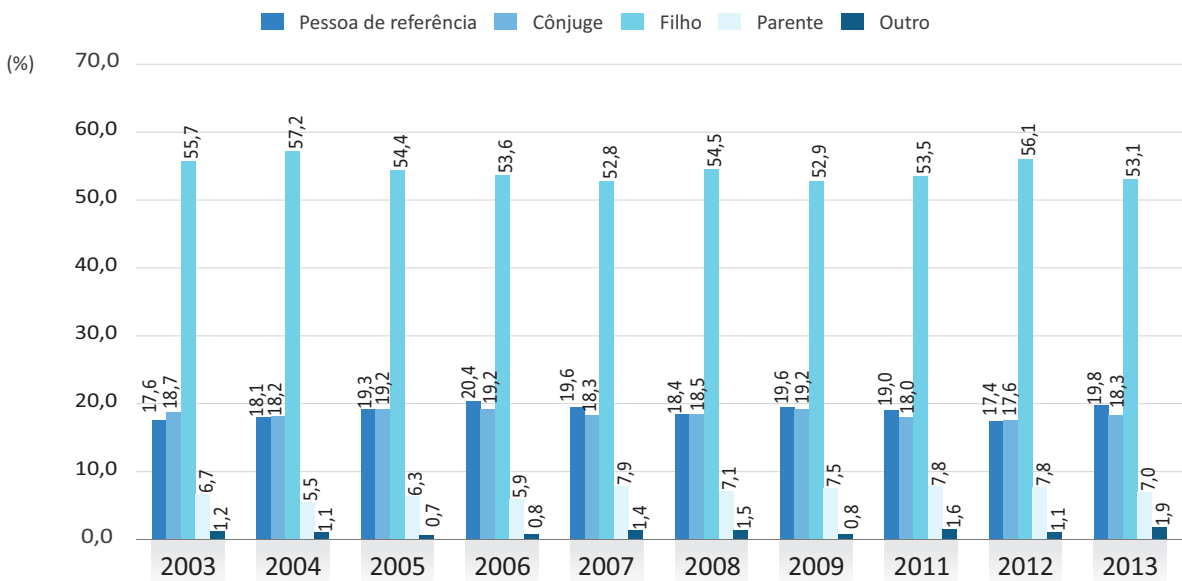
4.11 Posição do jovem no arranjo familiar

Segundo a condição do jovem no arranjo familiar, ao longo da série, verifica-se a maior distribuição percentual do jovem na condição de filho. Durante a década (2003-2013) a posição do jovem no arranjo familiar pouco se alterou. Em 2013, 53,1% dos jovens capixabas, segundo a posição na família,



eram filhos, seguidos de 19,8% e 18,3%, cuja posição na família era a de pessoa de referência e cônjuge, respectivamente. Por fim, 7% e 1,9% representavam a posição do jovem na família de parente e outro morador do domicílio, respectivamente.

Gráfico 21 - Distribuição percentual dos jovens segundo a posição no arranjo familiar, Espírito Santo, 2003 a 2013



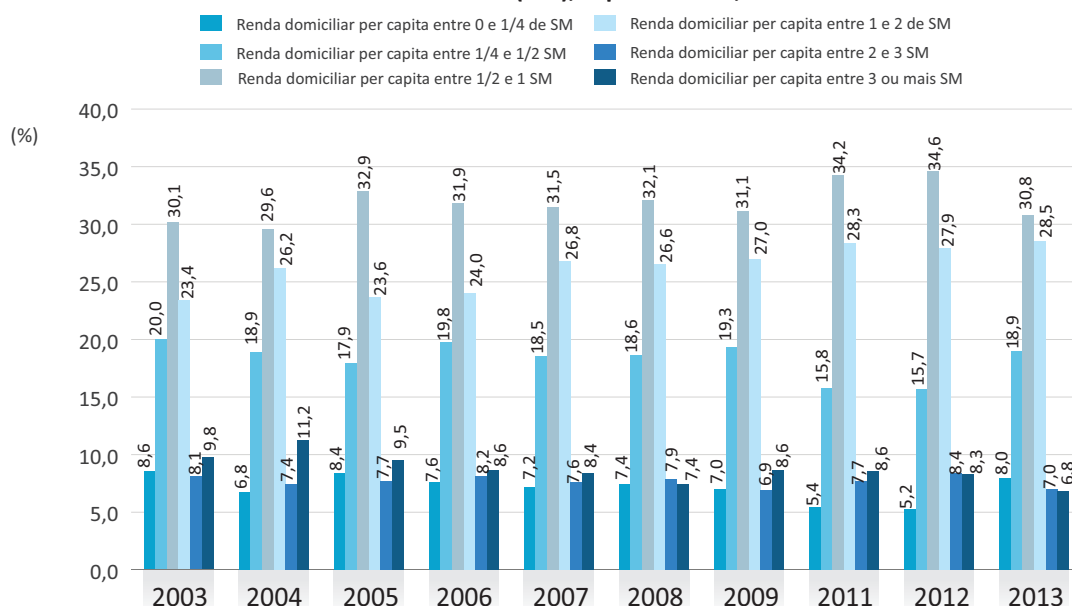
Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

4.12 Distribuição percentual dos jovens segundo a renda domiciliar per capita em salários mínimos



A análise da distribuição de jovens de acordo com o nível de renda domiciliar per capita por faixas de salário mínimo, permite identificar, no período 2003-2013, que os jovens no Espírito Santo vivem predominantemente em domicílios com renda domiciliar per capita entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, seguidos de domicílios com renda entre 1 e 2 salários mínimos e entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo. Em 2013, aproximadamente 80% dos jovens viviam em domicílios delimitados por essas três faixas de renda. Dos mais de 20% restantes, 8% moravam em domicílios com renda per capita entre 0 e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, 7% em domicílios com renda per capita entre 2 e 3 salários mínimos e apenas 6,8% moravam em domicílios com renda per capita de 3 ou mais salários mínimos.

Gráfico 22 - Distribuição percentual dos jovens segundo a renda domiciliar per capita em salários mínimos (SM), Espírito Santo, 2003 a 2013

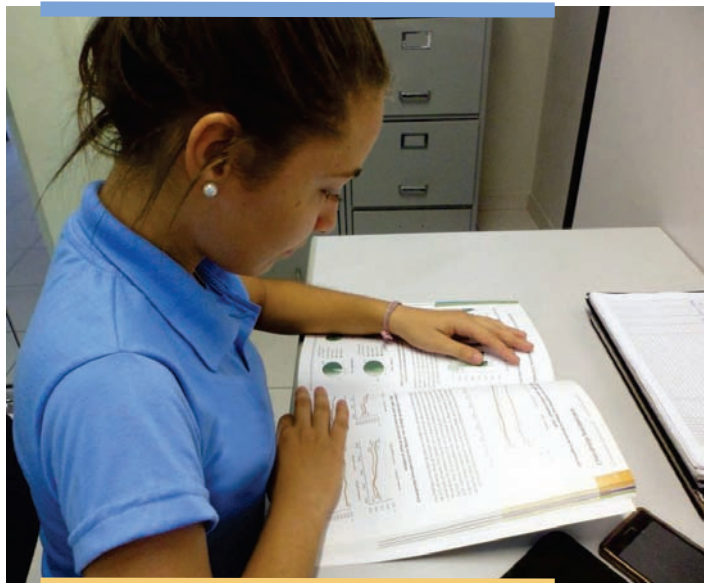


Fonte: PNAD 2003-2013/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).



Esta seção pretende aprofundar um pouco mais a análise descritiva dos dados, feita na seção anterior. A pretensão não é exaurir o tema, nem tampouco as ações necessárias à educação. Pretende-se elencar algumas ações importantes para o desenvolvimento do ensino (em andamento ou sugestões), com vistas à melhoria da qualidade. Em função das limitações da base de dados, no que diz respeito ao cruzamento entre os indicadores, algumas análises serão mais superficiais. Os indicadores, que sob alguns ângulos, podem até mesmo se complementar, serão subdivididos em blocos na tentativa de melhorar a compreensão.

5.1 Analfabetismo e Analfabetismo funcional



Analfabeto é o indivíduo que não sabe ler nem escrever. Apesar da importante redução ocorrida para os jovens no período (2,4% em 2003 e 1,0% em 2013), esse indicador ainda reflete as condições de desigualdade social vivida, não apenas no estado, mas no país como um todo (a taxa é maior entre os negros, residentes na zona rural e entre os mais pobres). A Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (SISES) mostra que, para a população acima de 15 anos de idade, a taxa de analfabetismo era

de 6,6% em 2013, chegando a 7,5% para o décimo mais pobre da população, contra 1,3% para o décimo mais rico.

O analfabeto funcional lê e escreve frases simples, mas não é capaz de interpretar textos nem de colocar ideias no papel. Esse indicador reflete também a falta de qualidade do sistema educacional, que não consegue atender plenamente às necessidades do educando, uma vez que, mesmo tendo algum número de anos de estudo (até quatro anos é o corte utilizado pelo IBGE), não foi o suficiente para ser alfabetizado. No estado, a taxa atingiu 4,2% dos jovens em 2013 e, segundo a SISES, atingiu 16% das pessoas de 15 anos ou mais de idade no mesmo ano.

O analfabetismo e o analfabetismo funcional (principalmente) são maiores entre os homens do que entre as mulheres, tanto entre os jovens, como entre os indivíduos de 15 anos ou mais de idade, o que pode estar associado aos papéis historicamente atribuídos ao homem e à mulher na sociedade brasileira. Culturalmente o homem foi visto durante muito tempo como o principal provedor do lar, o que o leva a buscar mais cedo uma ocupação no mercado de trabalho em detrimento da inserção/permanência na escola, enquanto a mulher ainda é vista predominantemente como a responsável pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos. Cabe destacar que a participação das mulheres na força de trabalho vem aumentando consideravelmente, o que, em muitos casos, acaba sobrecarregando estas, ao acumularem as funções domésticas com as profissionais. Segundo a SISES, do total de pessoas chefes de família no Espírito Santo, em 2013, 38,5% eram mulheres (em 2001 eram 26,1%).

5.2 Escolaridade média

Conforme descrito na seção anterior, a escolaridade média dos jovens capixabas no período 2003 a 2013 apresentou crescimento de 1,3 pp, enquanto no Brasil foi de 1,4 pp e no Sudeste 1,1 pp. Apesar do crescimento verificado, ressalta-se que o mesmo foi “lento” tendo em vista o período de 10 anos. Em grande



medida, o resultado no estado não foi melhor devido à baixa frequência à escola, conforme visto no gráfico 3 (em 2013, 84,6% dos jovens de 15 a 17 anos e apenas 33,1% dos jovens de 15 a 29 anos frequentavam a escola).

Em relação ao gênero, as mulheres apresentaram média superior aos homens, o que pode ser explicado pela maior frequência das mulheres à escola (Gráfico 4.1: 34,1% das mulheres contra 32,1% para os homens em 2013). Em relação à situação do domicílio, a zona urbana, por dispor de maior número de escolas, maior acesso a transporte público, etc., apresentou números mais elevados que na zona rural (2,6 pp superior, em 2003, e 1,5 pp, em 2013) apesar da aproximação dos valores a partir de 2009.

A SISES mostra que o número médio de anos de estudo (2013) atingiu seu ponto mais alto (10 anos de estudo) para a faixa etária de 20 a 24 anos, declinando a partir desta até atingir 4,8 anos de estudo para a faixa etária de 60 anos ou mais. Essa baixa escolaridade dos mais velhos é reflexo da dificuldade de acesso à escola no passado, principalmente na zona rural, seja por questões de insuficiência de escolas, falta de transporte escolar ou até mesmo por questões que passam pela necessidade de trabalhar ou mesmo cultural – não reconhecimento da importância da elevação da escolaridade e de seus benefícios. Estas questões embora ainda possam persistir em algumas regiões, atualmente se configuram com menor intensidade e, portanto, tem um impacto também menor.

5.3 Frequência à escola

A afirmação da universalização da educação básica como um princípio norteador das políticas educacionais provocou a inserção de boa parte da população na escola, a partir da metade do século passado. Apesar disso, essa inserção ocorreu de forma desigual para diferentes recortes populacionais. A frequência escolar no estado mostra tendência decrescente entre 2003 e 2013 para os jovens de 15 a 29 anos (redução de 1,3 pp), tanto por gênero, cor ou raça, como para a região censitária urbana. A zona rural aumentou a frequência à escola em 3,5 pp.

Entretanto, o recorte de 15 a 29 anos contempla faixas etária com diferentes especificidades. A faixa de 15 a 17 anos representa parte dos jovens da educação básica. Nesta faixa etária houve aumento da frequência escolar (77,8% em 2003 e 84,6% em 2013). A faixa de 18 a 24 anos representa a frequência na educação superior iniciando na idade correta, inserido ou visando à inserção no mercado de trabalho (30,2% em 2003 e 28% em 2013). A faixa de 25 a 29 anos (8,1% em 2003 e 8,9% em 2013) representam aqueles que, em teoria, já seriam portadores de um nível de escolaridade elevado (superior ou mais) e já inseridos no mercado de trabalho a muitos (ou alguns) anos.

A análise da frequência escolar, independente dos recortes etários na faixa jovem, por modalidade de ensino, mostra também uma redução no período, para o Ensino Fundamental (-3,2 pp), Ensino Médio (-1,3 pp) e Outras Modalidades (-8,2 pp). De outro lado, houve elevação para o Ensino Superior (12,6 pp), o que pode ser explicado pela expansão da oferta das instituições de ensino superior, bolsas de estudo e linhas de financiamento estudantil.

A redução da frequência escolar preocupa. Escolaridade e produtividade estão fortemente relacionadas. Diversos estudos na literatura econômica associam a influência da educação na melhoria da renda e no desenvolvimento econômico e social de um país. Segundo Viana e Lima (2010), a teoria do capital humano mostra que a educação torna os indivíduos mais produtivos, eleva seus salários e influencia no progresso econômico. É necessário, portanto, entender os motivos que impedem esses indivíduos de frequentarem a escola, principalmente na educação básica que é condição necessária para o acesso ao ensino superior. Importante entender que a frequência escolar não se traduz apenas em “continuar frequentando” à escola, mas também, “passar a frequentar, voltar” à escola.

5.4 Taxa de escolarização líquida e distorção idade-série

A taxa de escolarização bruta mostra se a oferta de vagas é suficiente para atender a demanda (índices maiores que 100). Se por um lado “taxas elevadas” são um bom sinal, por outro revela matrículas fora da idade adequada à série. A taxa de escolarização líquida já mostra a parcela da população numa determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado para a idade.

A taxa de escolarização líquida no ensino médio no estado foi de 55,1% em 2013, sendo superior para as mulheres em relação aos homens, entre os residentes da área urbana e brancos. Apesar do crescimento verificado na década, esses dados revelam um grande caminho a percorrer.

Em relação ao ensino superior, a taxa do estado (17,7%) é superior a Brasil e Sudeste, e também, superior para as mulheres, para os residentes na área urbana e brancos. Na zona rural, a taxa quadruplicou, e pode ser explicada pela grande expansão da rede de ensino superior, não só na área urbana como também no interior do estado. O Censo Escolar mostra que, em 2000, eram 59 instituições de ensino superior. Em 2003, este número chegou a 79 e, em 2010, 88.

Outro fator que contribuiu para aumentar a taxa de escolarização líquida foi a concessão de bolsas de estudos, maiores opções de cursos e maior acesso aos financiamentos estudantis. O avanço da educação à distância também contribuiu de forma importante. Dados do Censo Escolar 2013 revelam que no país e no estado vem crescendo o número de matrículas realizadas na EAD. No Espírito Santo foram 25.262 matrículas nos cursos de graduação em 2013, distribuídas em 109 Polos (sendo 54 nas universidades).

Outro indicador importante para identificar o atraso escolar é a distorção idade-série: apesar de apresentar tendência decrescente na década (-5,0 pp), segundo o Censo Escolar, esse indicador para o 9º ano do ensino fundamental no estado é muito elevado, principalmente para homens e negros.

Se já é elevada para a série final do ensino fundamental, no ensino médio é ainda pior. Apesar da redução entre 2007 e 2013, em 2013 representava ainda 21,9%, 30% e 40% dos alunos na 1ª, 2ª e 3ª séries.

Esses números têm como resultados uma taxa de conclusão do ensino fundamental (jovens de 15 anos) de 41,1% em 2013, abaixo do Sudeste e Brasil.

A taxa de conclusão do ensino médio aos 19 anos é maior: 53,8% (+ 10 pp na década). É preciso compreender melhor sobre os motivos da distorção idade-série e taxa de escolarização. Em grande medida são causados pelo abandono e evasão escolar, decorrentes da inserção precoce no mercado de trabalho, dificuldades de aprendizado, doenças, entre outros.

5.5 A alocação do tempo

A alocação do tempo do jovem é de fundamental importância, pois identifica o que ele está fazendo hoje e que será reflexo no seu futuro. Quase 20% dos jovens (19,8%) em 2013 eram pessoa de referência da família, 18,3% eram cônjuges e a maioria (53,1%) estavam na condição de filho. Ou seja, quase metade dos jovens encontrava-se em condições “desfavoráveis” para apenas pensar em estudar. Em relação aos rendimentos, apenas 13,8% dos jovens residiam em domicílios com renda igual ou superior a 2 salários mínimos em 2013. Conforme defendem os adeptos da teoria do capital humano, quanto maior a renda, maior a predisposição à continuidade dos estudos, uma vez que as famílias mais pobres precisam dos rendimentos de todos os seus membros.

De acordo com o que foi visto na seção que trata este indicador, no estado, 46,2% dos jovens capixabas só trabalham e 20,7% não trabalham nem estudam (nem-nem). Isto significa que mais da 2/3 da população jovem está fora da escola. Ainda, dentre os que estudam, parte (11%) também trabalham (2013).

Em termos regionais, as taxas do estado encontram-se próximas a Brasil e Sudeste. Parece que as grandes diferenças estão mesmo no contexto estadual.

Entre os que só trabalham é muito maior a participação dos homens e residentes na zona rural. Dentre os que só estudam, leve superioridade para as mulheres, residentes na área urbana e brancos. Entre os que trabalham e estudam a diferença é levemente superior para os residentes na área urbana e brancos. Levando em conta o intervalo de significância dos dados, essas diferenças pequenas devem ser compreendidas com cautela.

Entretanto, a análise dos jovens que não trabalham nem estudam, revela grandes diferenças nas participações por gênero e por raça cor. A participação das mulheres (28,1%) é mais que o dobro em relação aos homens (13,2%), em 2013, e durante todo o período analisado se manteve muito acima. A maior participação das mulheres está em grande medida associada à questão da maternidade. Segundo a SISES, no Espírito Santo, em 2013, o percentual de mães na faixa etária entre 15 e 19 anos alcançou 17,2% contra 15,4% do Sudeste. Já em relação à cor, a maior participação entre os negros pode estar associada à maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho (7,1% de desemprego contra 4,5% entre os brancos -15 anos ou mais de idade, segundo a SISES 2013).

5.6 Ações para melhoria da qualidade da educação

Indiscutível que a educação avançou nas últimas décadas no Brasil como um todo. No Espírito Santo não foi diferente. Fato é que, apesar dos avanços, ainda há um grande caminho a percorrer. O grande salto ocorreu em direção à “universalização” do ensino básico. Não obstante a ampliação do acesso à escola, é importante ressaltar que a permanência do aluno na escola é tão ou mais importante. Ou seja, existe um desafio ainda maior que o acesso que é a qualidade do ensino. É a qualidade do ensino que vai ajudar a assegurar a permanência do aluno na escola e, além disso, garantir a sua progressão às séries seguintes e na ida-de correta.

A demografia fornece um momento ímpar que impulsionará as ações educacionais para alcançar os seus objetivos. O país como um todo passa por um momento de transição demográfica chamado “bônus demográfico”. Para Alves (2008, p. 1):

Bônus demográfico é um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (menos idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos do país. ... o seu aproveitamento dependerá de vários aspectos, tais como as condições econômicas, institucionais de Estado, de operação do setor financeiro e de comportamento da família entre outras.

Com a queda na taxa de fecundidade das mulheres nos últimos anos, a pressão do lado da demanda por educação diminuiu (menos crianças). É o momento de pensar a questão da oferta - qualidade da educação. Repensar os currículos escolares, novas disciplinas, mais atividades interdisciplinares, melhor uso da tecnologia, etc. Se o Brasil não for capaz de elevar a escolaridade e a qualidade da educação das crianças e jovens, o país perderá a oportunidade de se consolidar como grande economia em termos de crescimento e desenvolvimento.

Especialistas concordam que o primeiro passo é garantir que não haja “novos analfabetos”. É preciso corrigir o problema na sua base. Crianças que não aprendem a ler e escrever na idade correta terão problemas futuros, decorrentes principalmente da dificuldade de acompanhar os conteúdos curriculares. A consequência disso é abandono, evasão ou reprovação.

Segundo Naércio Aquino Menezes, Coordenador do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, em matéria publicada em 17/12/2014 no site do movimento Educar para Crescer¹⁵, a etapa do ensino que

¹⁵ O Educar para Crescer é um movimento de longa duração, que tem como objetivo ampliar, na sociedade brasileira, o conhecimento sobre as principais questões da Educação do país e conscientizar os brasileiros de que sem Educação de qualidade não há crescimento - nem do Brasil, nem dos brasileiros.

deve ser foco das políticas públicas é a Educação Infantil. Estudos mostram que as ações dão maior retorno quando focadas nas crianças pequenas. É nesta fase escolar inicial que crianças desenvolvem suas habilidades cognitivas e não cognitivas, raciocínio, entre outras. Heckman, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2000, em entrevista ao educar para Crescer, confirma: “Quanto antes os estímulos vierem, mais chances a criança terá de se tornar um adulto bem-sucedido”(2015).

Apesar de se tratar do público infantil, que não é o foco deste caderno, é importante entender que as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos jovens de hoje, são em grande parte, reflexos das dificuldades encontradas na educação infantil.

Quanto às preocupações sobre os fatores extraescolares, segundo Almeida e Betini (2014), o interesse pela relação escola-família vem se consolidando, não só por meio de pesquisas, mas também a partir de políticas públicas. Na Inglaterra, por exemplo, em 1990, o governo inglês propôs um contrato casa-escola (*home-school contracts*) em que os pais se comprometiam a assumir responsabilidades na assiduidade, disciplina e cumprimento de tarefas de casa de seus filhos. Nos EUA, em 1994, o governo colocou como oitava meta de educação, a colaboração família-escola. No Brasil, existem iniciativas semelhantes, como o programa escola aberta que incentiva e apoia a abertura da escola nos fins de semana, com vistas a potencializar a parceria escola-comunidade por meio da ocupação criativa do espaço escolar com atividades culturais, esportivas, entre outras.

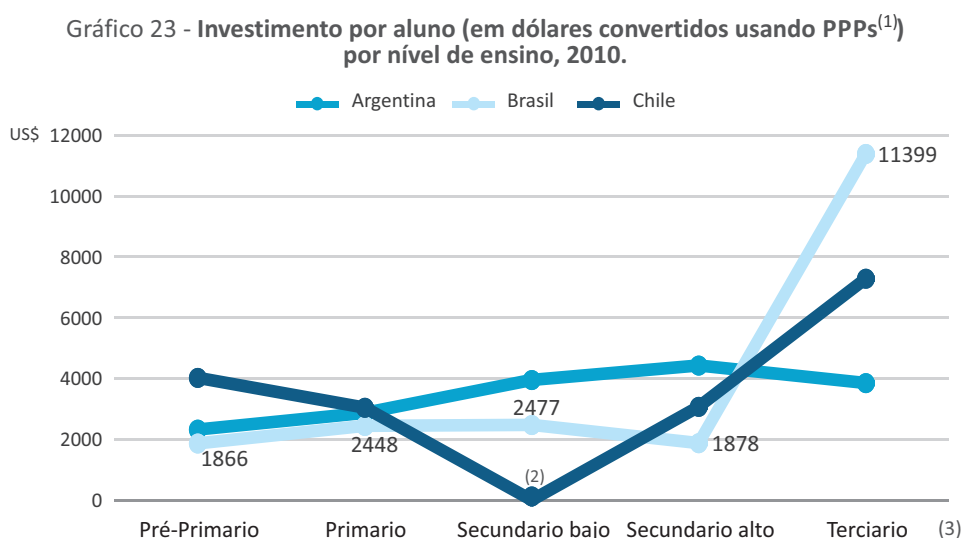
É importante garantir a participação da família na vida escolar dos filhos. Não apenas da família, mas também da sociedade em geral: sindicatos, empresas, igrejas, etc. No entanto, se a família não tiver condições de acompanhar o cotidiano escolar do seu filho, por ausência ou baixa escolaridade dos pais (principalmente da mãe), a presença da mesma não surtirá os efeitos desejados. Projetos para inclusão dos pais são importantes nesse sentido.

A questão do investimento é outro fator de suma importância. A relação não é direta, ou seja, maiores investimentos, embora necessários para a manutenção e ampliação de programas e projetos de melhoria educacional, não necessariamente garantem melhoria do desempenho escolar. É preciso investir de forma correta.

Segundo Menezes Filho (2014), o Brasil investiu em 2014 o equivalente ao que é investido por outros países desenvolvidos, no entanto, importa a forma como os recursos são gastos. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que houve crescimento dos investimentos diretos em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) por nível de ensino. Em 2003, o país investia 3,8% do PIB e chegou a 5,2%, em 2013. Entretanto, desse total, apenas 4,4 pp é destinado à educação básica (0,6 pp destinados à educação infantil) e 0,8 pp ao ensino superior. O investimento em valores reais

mostra também grande disparidade: em 2013, o valor investido por aluno anualmente na educação superior (R\$21.383) é quase 4 vezes superior ao investido na educação básica (tendência observada ao longo da década).

O investimento brasileiro em educação segue tendência semelhante à de países do Mercosul - conforme dados do Mercosul Educacional (2010), onde se observa grande diferença em relação à educação superior (Gráfico 23).



Fonte: Mercosul Educacional. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES) / Coordenação de Estatística (CEST).

Nota 1: Índice de paridade do poder de compra calculado anualmente pelo Banco Mundial.

Nota 2: Valor contido no nível primário.

Nota 3: Níveis de ensino com diferentes durações nos países considerados, mas com certa equivalência. No gráfico os níveis Pré-primário, Primário, Secundário bajo, Secundário alto e Terciário equivalem, respectivamente no Brasil, à Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Ensino Fundamental anos finais, Médio e Superior.

Os dados mais recentes apontam que no estado do Espírito Santo, os valores investidos por aluno observaram a tendência de serem maiores quanto maior o nível de ensino. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, em 2008 os valores investidos por aluno do ensino fundamental eram aproximadamente o triplo do investido no ensino médio (R\$5.292,67 e R\$1.795,93). Em 2014 houve uma inversão e o valor investido por aluno do ensino médio chegou a R\$8.849,11 e no ensino fundamental R\$8.068,49. Em termos percentuais, dos recursos do FUNDEB aplicados no ensino fundamental, o gasto estadual saiu de 73,91% em 2009 e foi para 54,29% em 2014 e no ensino médio passou de 29,77% em 2009 e foi para 47,73% em 2014. Entretanto, os maiores investimentos não resultam necessariamente nos melhores resultados (conforme se observa no último Ideb

divulgado - 2013). O Espírito Santo alcançou nota 5,2 no 5º ano e 3,9 no 9º ano, ambos da rede pública em 2013. No ensino médio a nota foi 3,8, resultado total da rede pública e particular.

Outro ponto é a qualificação do professor. Dados do Censo Escolar 2013 mostram que ainda existem professores com baixa escolaridade. Como exemplo, das 26.874 funções docentes do Ensino Fundamental do estado (rede pública e privada), 2.206 (8,21%) apresentavam o nível médio de escolaridade e 2 o ensino fundamental. No Ensino médio, das 9.100 funções docentes, 254 (2,79%) apresentaram apenas o ensino médio. Segundo o MEC, o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados.

Investir na ampliação da educação técnica e profissional também se faz necessário. A qualificação dos docentes é um problema a ser superado: das 2.058 funções docentes na educação profissional do estado (Censo Escolar 2013), 206 (10%) apresentavam escolaridade de nível médio. Outro fato importante é o que diz respeito à oferta dos cursos. É necessário um estudo da demanda local, condição necessária para que haja um casamento entre oferta e demanda entre os cursos oferecidos e desejados pelo setor produtivo local. São 170 estabelecimentos oferecendo a educação profissional no estado (48 privadas).

Projetos de aprendizagem voltados para públicos específicos – como a educação de jovens e adultos (EJA), por exemplo, ajudam a fortalecer a aprendizagem e garantir a permanência na escola. Material pedagógico próprio deve ser utilizado nessa modalidade de ensino, pois os alunos apresentam características diferentes do ensino regular: são alunos que querem retomar os estudos ao mesmo tempo em que já estão inseridos no mercado de trabalho. Segundo o Censo Escolar 2013, no estado, das 5.204 funções docentes, 158 (3,04%) apresentam apenas o ensino médio. São 450 estabelecimentos oferecendo a EJA (443 públicas e 7 privadas).

Por fim, a educação à distância (EAD). Essa modalidade educacional, que foi inicialmente utilizada como recurso para superar as deficiências educacionais, qualificação profissional, aperfeiçoamento ou atualização de conhecimentos, cada vez mais vem sendo utilizada para complementar parte do sistema regular de ensino presencial. É necessário continuar a ampliação da EAD, abrindo novos cursos e novos polos, tanto na rede pública como na rede privada.

No âmbito estadual várias ações têm sido realizadas nos últimos anos no sentido de aumentar/melhorar o acesso e a permanência na escola, como

exemplo: Nossa bolsa¹⁶, Pré-Enem Eureka¹⁷ (Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho), Programa Jovens Urbanos¹⁸, Bolsa Sedu¹⁹ (Secretaria de Educação), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego²⁰ (PRONATEC – Governo Federal), entretanto, não é possível falar especificamente do impacto que tais ações de fato tiveram. Isto só seria possível por meio de avaliações de impacto para cada ação ou programa realizado.

Por fim, é importante ressaltar a importância do Plano Nacional de Educação, que estabelece metas e estratégias para a resolução de diversos problemas aqui elencados. Este plano deve desdobrar-se em planos estaduais e municipais de educação que visam conjuntamente melhorar a qualidade do ensino. É fundamental que governo e sociedade se apropriem deste instrumento, como uma ferramenta tanto de gestão quanto de controle social. É certo que, para funcionar, é preciso colaboração de todos os envolvidos: alunos, pais, escolas, diretores, gestores públicos, professores, pedagogos, sociedade, organizações, empresas, etc. Sem o envolvimento destes diferentes atores, a educação não caminhará rumo à qualidade desejada.

¹⁶ O programa NossaBolsa foi criado pelo Governo do Estado em 2004, e tem dentre seus objetivos garantir a ampliação do acesso ao ensino superior aos estudantes da rede pública com renda familiar per capita de até três salários mínimos. Para mais informações acesse: <http://www.secti.es.gov.br/>.

¹⁷ O Eureka oferece aulas gratuitas preparatórias na modalidade a distância para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para alunos de rede pública, prioritariamente. Sua implantação foi viabilizada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho em parceria com a VBC Telecom e a Opus Cursos. Para mais informações acesse: <http://www.secti.es.gov.br/>.

¹⁸ O Programa Jovens Urbanos é uma iniciativa da Fundação Itaú Social, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Sedu), com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e tem como objetivo promover aos jovens de regiões menos privilegiadas o acesso a bens culturais e tecnológicos, visando a qualificar e potencializar a participação desses na vida pública e no mundo do trabalho, assim como contribuir para a permanência, retorno e conclusão da educação básica. Para mais informações acesse: <http://www.educacao.es.gov.br/>.

¹⁹ O Programa "Bolsa Sedu" é uma iniciativa do Governo do Estado para proporcionar o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas em cursos de educação técnica profissional de nível médio. Para isso, são ofertadas vagas em instituições de ensino privadas. Para mais informações acesse: <http://www.educacao.es.gov.br/>.

²⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Para mais informações acesse: <http://pronatec.mec.gov.br/>.

Referências Bibliográficas

ALVES, José E. D.; Como medir o tempo de duração do Bônus Demográfico. São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/como_medir>.

Acesso em: 10 Jul. 2015.

ALMEIDA, L., BETINI, G.. Investigação sobre a escola e seu entorno: Estudo bibliográfico de produções nacionais. Revista de Educação Pública, 24, nov. 2014. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/810>>. Acesso em: 23 Jun. 2015.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, 2005, Vol. 17, nº 2. pp 11-33. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200002> Acesso em 27 de maio de 2015.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10/07/2014.

____. Estatuto da Juventude – Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível

em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em 05 de junho de 2015.

____. Plano Nacional de Educação – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em 05 de junho de 2015.

Censo Escolar. MEC. Brasília, DF.: 2015. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 24 de Junho de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília, DF.: 2015. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 23 de Junho de 2015.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO. Brasília, DF.: 2015. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>. Acesso em 22 de Junho de 2015.

HECKMAN, James. O bom de educar desde cedo. Educar para Crescer. 2015. Entrevista concedida a Monica Weinberg. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/entrevista-james-heckman-477453.shtml>. Acesso em 02 de Julho de 2015

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2013. Vitória, 2015. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4298:sintese-dos-indicadores-sociais-do-espírito-santo-2015&catid=42&Itemid=201

_____. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo 2012. Vitória, 2012. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=3807:sintese-dos-indicadores-sociais-do-espírito-santo-2013&catid=11&Itemid=201. Acesso em Abril de 2015

_____. Perfil da Juventude e Políticas Públicas no Espírito Santo. Vitória, 2014. Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4174:perfil-da-juventude-e-políticas-publicas-no-espírito-santo-2014&catid=42&Itemid=201> Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. [Desempenho Educacional no Espírito Santo: Análise dos dados do SAEB - 2013](#). Nota Técnica nº 47. Vitória, 2015. Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4315:nt-47-desempenho-educacional-no-espírito-santo-analise-dos-dados-do-saeb-2013&catid=110:estudos-sociais&Itemid=203> Acesso em 10 de junho de 2015.

MENEZES FILHO, Naércio. Investir na educação infantil. Educar para Crescer. 2014. Entrevista concedida a Marion Frank. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/iniciativa/investir-educacao-infantil-820527.shtml>. Acesso em 02 de Julho de 2015.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: Continuidades e rupturas. In FAVERO, Osmar; et al (organizadores). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Mec/Unesco, 2007, pp.253-281. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=648&Itemid=> Acesso em 06 de maio de 2015.

FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. 10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. 1ª ed. Brasília, DF.: UNICEF, 2014. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf> Acesso em 28 de maio de 2015.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. Interações (Campo Grande), Campo Grande , v. 11, n. 2, p. 137-148, Dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de Junho de 2015.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur 2010. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/estatisticas/finish/18-estatisticas-estadisticas/754-indicadores-educacionais-mercursosur-2010.html>. Acesso em 07 de Julho de 2015.



www.ijsn.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento